

ATA N.º 1/2025

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2025:

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e cinco, no Centro Cívico Intergeracional Professor Rogério Cação, sito na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 6, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS) e Maria Fernanda Caetano Leal Correia (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Atouguia da Baleia, de Ferrel e Secretária da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Anabela Correia Dias (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Margarida da Silva Martins (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Tiago Brás Correia (GCEPP), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), João Viriato Santos Oliveira (CHEGA) e António José Antunes Vieira (PSD), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º - Aprovação das atas das sessões anteriores.
- 2.º - Período de antes da ordem do dia.
 - 1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;
 - 2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;
 - 3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.
- 3.º - Período de intervenção do público.
- 4.º - Período da ordem do dia:
 - 1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;
 - 2) Apresentação de pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia;
 - 3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Peniche (PMAAC de Peniche);
 - 4) Apreciação e votação da declaração de compromisso de integração do Espaço Energia do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC);
 - 5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Peniche (PMUS de Peniche);
 - 6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o mapa de fluxo de caixa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2024;
 - 7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Alteração

Modificativa ao Orçamento da Receita, da Despesa e do Plano Plurianual de Investimento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2025 (modificação 1);

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2025;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Plano de Segurança - Cibersegurança, do Município de Peniche;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Plano de Segurança - Cibersegurança dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;

11) Nomeação de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peniche, e seu substituto;

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização da contratação de um empréstimo para construção do Centro de Recolha Oficial Animal (CROA);

13) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a aquisição do serviço de auditoria externa das contas do Município, para o exercício de 2025/2027;

14) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a atualização dos Autos de Transferência de Competências com as Juntas de Freguesia do Concelho de Peniche;

15) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a delegação de competências da Câmara Municipal no Diretor do Agrupamento de Escolas D. Luís de Ataíde.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dezasseis minutos, encontrando-se na sala vinte e quatro dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

A senhora Maria Fernanda Caetano Leal Correia encontrava-se a substituir o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os senhores Tiago Brás Correia (GCEPP) e António José Antunes Vieira (PSD), encontravam-se a substituir os senhores Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP) e Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP) e Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão a Vice-Presidente da Câmara, no exercício de funções de Presidente da Câmara, (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Manuel Quinta Martins Salvador (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pelo Diretor Municipal de Desenvolvimento e

Governança, do Município de Peniche, Rui Vargas, coadjuvada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foram presentes as atas n.º 8, 9 e 10/2024, respeitantes à segunda reunião da sessão ordinária do mês de setembro, à primeira e segunda reunião da sessão ordinária do mês de novembro, realizadas nos dias 04 de outubro, 29 de novembro e 06 de dezembro de 2024, respetivamente, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos haverem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Postas à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetidas à votação, as atas em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 8/2024 - Aprovada, por unanimidade, com dezassete votos a favor.

Ata n.º 9/2024 - Aprovada, por unanimidade, com vinte e dois votos a favor.

Ata n.º 10/2024 - Aprovada, por unanimidade, com vinte e um votos a favor.

Apenas participaram na aprovação da ata os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes na reunião, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE

RECEBIDO:

A Primeira Secretária da Mesa, Inês Lourenço, deu conhecimento de que a Assembleia Municipal recebeu o seguinte expediente:

- A Edição da Voz das Misericórdias, de novembro e dezembro de 2024, e de janeiro de 2025;
- A Edição da Associação Portuguesa de Deficientes, de fevereiro de 2025;
- O restante expediente foi disponibilizado na Meocloud.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Vítor Agostinho (CDU):

Apresentou, em nome da Coligação Democrata Unitária, os seguintes votos de saudação:

«Gostaríamos de saudar o facto de, pela primeira vez, após a sua inauguração, estarmos reunidos neste espaço “Centro Cívico Intergeracional Professor Rogério Cação” para realizar a nossa Assembleia Municipal, um espaço privilegiado que a cidade e o concelho ganharam para que as pessoas de diferentes gerações possam partilhar experiências e uma porta aberta a programas diversificados de atividades culturais, educacionais e de laser.

Gostaríamos também de saudar as várias iniciativas do Município, em especial “Peniche

Um Mar de Natal” que em colaboração com outras instituições decorreram entre novembro e 06 de janeiro de 2025, felicitações também extensíveis às comemorações da Passagem de Ano.

O assinalar dos 10 anos da distinção do Geossítio da Ponta do Trovão como GSSP - Global Stratotype Section and Point do período Toarciano (Jurássico Inferior), aprovado pelo comité executivo IUGS – International Union of Geological Sciences e assinalado com uma conferência realizada em 16 de dezembro de 2024, sobre o título “O GSSP do Toarciano na Ponta do Trovão”, 10 anos de ciência e comunicação.

Gostaríamos também de saudar o sétimo aniversário do Museu D. Pedro I, este ano na Serra d’El-Rei, celebrado no dia 14 de fevereiro, com a inauguração da exposição de fotografia dos 700 anos do nascimento de Dona Inês de Castro. O evento veio sublinhar a forte ligação que o museu tem mantido entre cultura, história e identidade, contando com a presença de visitantes de várias nacionalidades, nomeadamente Itália, Letónia, Estónia, Rússia, Colômbia e Alemanha.

Felicitar o Museu Nacional da Resistência e Liberdade pela inauguração da exposição “O segredo de António Dias Lourenço” na sala de exposições temporárias com o qual se pretende comemorar a fuga histórica e desvendar um pouco o segredo da vida de um dos mais respeitados resistentes ao regime. É também objetivo de a exposição consciencializar as novas gerações de que a liberdade que usufruem hoje assenta na vida daqueles e daquelas que fizeram da resistência ao fascismo o seu propósito.

Felicitar a criação da Associação Amigos do Museu Nacional da Resistência e Liberdade, Fortaleza de Peniche, no início deste mês, tendo como principal objetivo, não só para a sua divulgação junto do público em geral, em cooperação com a Direção do Museu Nacional da Resistência e Liberdade, mas também na divulgação de atividades que torna o museu mais conhecido e visitado por portugueses e estrangeiros.

Não queríamos deixar de saudar as iniciativas que se avizinham:

- A edição do Carnaval 2025 que conta com o Carnaval Escolar e o grande Corso Carnavalesco;

- Mais uma edição da MEO Rip Curl Pro Portugal, em Peniche, no próximo mês de março, em mais uma etapa internacional do surf, recebendo entre nós os melhores surfistas de Peniche.

Gostaríamos de saudar os 25 anos de carreira do grupo Némanus, naturais de Peniche, que tão bem estão a levar o nome da nossa localidade.»

Francisco Lourenço (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche o seguinte voto de louvor:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche propõe um voto de louvor a todos os atletas da equipa de natação da Piscina Municipal de Peniche e Clube Naval de Peniche e às respetivas treinadoras Sara Underwood, Dominika Litomiska e Rita Amâncio que acumula funções de Diretora Técnica das Piscinas Municipais. A dedicação e o empenho destes atletas e respetiva equipa técnica refletem-se nos resultados alcançados:

- No Torneio Zonal de Juvenis da Zona Sul, que decorreu de 06 a 08 de dezembro de 2024, em Abrantes, a atleta Bianca Mendes conquistou o título de Vice-Campeã Zonal dos 1500 metros;

- No Campeonato Nacional Open de Inverno 2025-Masters, que decorreu de 24 a 26 de janeiro de 2025, em Torres Novas, o atleta Armando Ramos subiu por duas vezes ao pódio conquistando o 2.º lugar nacional nos 200 metros bruços e o 3.º lugar nacional em 100 metros bruços;

- No terceiro Open Masters de Alcobaça, que decorreu no dia 14 de fevereiro de 2025, uma prova de master que começa a ser uma prova de referência para a categoria de masters, estando já assegurada a sua entrada para o Circuito Nacional de Masters na época 2025-2026;

- A equipa das Piscinas Municipais de Peniche e do Clube Naval de Peniche alcançou o 6.º lugar por equipas e ainda vários pódios.

Desejamos a todos os maiores sucessos desportivos.

Aproveito também para nos associar, na generalidade, aos votos da Coligação Democrata Unitária que são votos dignos do nosso concelho e de tudo o que se tem feito de bom no nosso concelho.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Acompanhar a saudação feita pela Bancada da Coligação Democrata Unitária relativamente à estreia deste espaço que também nos diz muito, porque como é sabido a sua construção iniciou com o Partido Socialista na Câmara através do senhor Jorge Gonçalves e homenageia o Professor Rogério Cação que todas as homenagens serão poucas para homenagear a sua obra no nosso concelho.

Quero deixar uma recomendação ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e à senhora Vice-Presidente da Câmara de reconhecer, eventualmente no Dia do Município, o senhor Vítor Severino que, como divulgámos hoje, foi reconhecido pela Universidade de Coimbra com o prémio Carreira 2025 e conseguir isso apenas com 41 anos acho que é de relevar e penso que o concelho também o deve fazer.»

João Oliveira (CHEGA):

Apresentou, verbalmente, as seguintes moções que foram entregues na Mesa da Assembleia Municipal:

«Moção:

Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Peniche:

«Ex. Mo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Peniche,

O abaixo-assinado, membro da Assembleia Municipal de Peniche, vem, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, apresentar a seguinte Moção de Proposta de Alteração ao Regimento, no sentido de modificar a redação do artigo 41.º do referido documento.

Exposição de motivos:

O atual texto do artigo 41.º do Regimento da Assembleia Municipal estabelece que os membros não podem “entrar em diálogo” durante as sessões. Considero que o termo “diálogo” pode induzir interpretação ambígua, uma vez que o diálogo é uma forma essencial de comunicação democrática. Pretende-se, assim, clarificar o sentido da norma, substituindo “diálogo” por “disputa verbal”, de modo a reforçar a necessidade de manter a ordem e a disciplina nas intervenções dos membros.

Proposta de alteração:

Propõe-se que a redação do artigo 41.º passe a ser a seguinte:

1 – Os membros da Assembleia Municipal têm direito a usar da palavra nos termos previstos neste regimento.

2 – As intervenções devem ser dirigidas à Mesa da Assembleia e respeitar a ordem estabelecida.

*3 – Não é permitido aos membros entrarem em **disputa verbal** entre si, devendo qualquer resposta ou esclarecimento ser solicitado mediante concessão de palavra pela Mesa.*

Nestes termos, requeiro a apreciação e votação da presente proposta pela Assembleia Municipal de Peniche.»

«Moção:

Inclusão do 25 de Novembro nas celebrações do 25 de Abril:

«Ex. Mo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

O abaixo-assinado, representante dos munícipes Penichenses, movido pelo dever de preservar a verdade histórica e fortalecer a maturidade cívica da nossa democracia, vem propor a seguinte moção:

Considerando que:

1 – O 25 de Abril de 1974 é um marco fundamental da nossa história, ao assinalar a conquista da liberdade e da democracia, pondo fim a uma ditadura que perdurava há quase cinco décadas;

2 – O período pós-revolucionário foi marcado por intensa instabilidade política e social, com diferentes forças a disputarem a orientação do futuro do país;

3 – O 25 de Novembro de 1975 desempenhou um papel essencial na consolidação de uma democracia pluralista, assegurando um caminho de estabilidade institucional e respeito pelo Estado de direito;

4 – A democracia portuguesa, tal como a conhecemos hoje, resulta do equilíbrio entre estes dois momentos históricos, que devem ser compreendidos e valorizados conjuntamente;

Proponho que:

1 – No âmbito das celebrações do 25 de Abril, se inclua uma referência, ainda que breve, ao 25 de Novembro, reconhecendo o seu contributo para a estabilidade e consolidação democrática do país;

2 – Esta menção seja integrada nos discursos e materiais oficiais das comemorações, respeitando a diversidade de interpretações históricas e garantindo a inclusão de todas as sensibilidades políticas e sociais;

3 – A Assembleia Municipal promova iniciativas que reforcem a consciência cívica sobre a globalidade do processo democrático em Portugal, incluindo debates e publicações que enriqueçam o conhecimento sobre este período histórico;

Assim, com espírito de união e respeito por todas as forças vivas da nação, proponho a aprovação desta moção como um compromisso com a verdade histórica e a maturidade da nossa democracia.»

A Bancada da Coligação Democrata Unitária apresentou a seguinte declaração de voto.

«Declaração de voto:

Moção: Inclusão do 25 de Novembro nas celebrações do 25 de Abril

Nos termos do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária apresenta a seguinte declaração de voto:

O Grupo Municipal da CDU votou contra a proposta de Moção acima referenciada e proposta pelo Chega, através do senhor deputado João Oliveira, apresentada na Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Peniche, no período de “Antes da Ordem do Dia”, realizada no dia 21 de fevereiro de 2025, porque, na verdade, a referida moção mais do que valorizar o que aconteceu em novembro de 1975, o grande objetivo é desvalorizar o que aconteceu em Abril de 1974, tentando na prática reescrever a história sem respeito pela verdade factual e política.

Respeitando as diferentes opiniões e opções políticas, o essencial da nossa firme oposição à referida “Moção” centra-se na afirmação, ou diríamos quase uma imposição, de que no âmbito das celebrações do 25 de Abril, se inclua uma referência, ainda que breve, ao 25 de Novembro, reconhecendo o seu contributo para a estabilidade e consolidação democrática do país;

Ora, tal imposição é coartar a própria liberdade de expressão. Afinal foi o 25 de abril que trouxe a democracia, a liberdade e os direitos fundamentais.

Em conformidade com o exposto, o grupo municipal da CDU votou contra pelo respeito do muito que foi conquistado, aquilo que a revolução tornou possível, o tanto que devemos a quem se empenhou na conquista da liberdade.»

Apresentou, ainda, o seguinte voto de congratulação:

«O novo auditório da Biblioteca de Peniche e o Pavilhão Multiusos: motores de crescimento para a cidade:

A cidade de Peniche tem motivos de celebração com a inauguração de dois equipamentos fundamentais para o seu desenvolvimento: o novo auditório na Biblioteca Municipal e o Pavilhão Multiusos. Estas infraestruturas representam um avanço significativo na oferta cultural e na capacidade de acolher eventos de grande relevância para a comunidade.

Independentemente das ideologias e orientações políticas de quem os concebeu e concretizou, o que importa é reconhecer o valor que estes equipamentos trazem para o presente e futuro da cidade.

O novo auditório da Biblioteca Municipal é um espaço privilegiado para a cultura, permitindo a realização de conferências, palestras, apresentações de livros, concertos e outros eventos que enriquecem a vida intelectual e artística da população. A sua existência fortalece o papel da Biblioteca como um centro dinâmico de conhecimento e troca de ideias, contribuindo para uma sociedade mais informada e participativa.

Por sua vez, o Pavilhão Multiusos de Peniche vem responder a uma necessidade há muito sentida pela cidade: um espaço versátil e de grandes dimensões que permita acolher eventos de maior envergadura. Congressos, exposições, feiras e espetáculos ganham agora um local adequado, capaz de atrair participantes e visitantes de vários pontos do país. Mais do que um simples equipamento, este pavilhão é um motor de crescimento económico, potenciando novas oportunidades para o turismo, o comércio local e a formação profissional.

A cidade de Peniche deve olhar para estas duas infraestruturas como oportunidades únicas para diversificar a sua oferta cultural e económica. Se até agora a cidade se destacou sobretudo pelo seu património natural e histórico, está na altura de dar um passo além, explorando novos caminhos que transcendam aquilo a que estamos habituados. Com estes equipamentos, Peniche pode ambicionar receber eventos que projetem a cidade a nível nacional e internacional, reforçando o seu estatuto como um polo cultural e económico dinâmico.

Resta agora garantir que estes espaços sejam utilizados de forma estratégica e sustentável. O sucesso do novo auditório e do Pavilhão Multiusos dependerá da forma como forem dinamizados e da capacidade de envolver a comunidade, associações culturais, empresas e entidades académicas na sua utilização. Ao valorizar e desenvolver estes equipamentos, Peniche estará a investir no seu futuro, consolidando-se como uma cidade vibrante, inovadora e aberta ao mundo.

Quero aproveitar para agradecer o modo gentil como todos acolheram o meu pedido de visita à biblioteca junto do Município, e reforçar a gratidão pela disponibilidade dos funcionários que me conduziram na visita que efetuei.

Uma nota final para a iniciativa de Natal que teve lugar no pavilhão, tudo o que possa promover a felicidade de crianças e das suas famílias reforçando o espírito da época natalícia é digno de menção e de nota.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Relativamente à moção de alteração do regimento, embora concorde inteiramente que não deve haver disputa verbal ou diálogo nas intervenções dos Deputados, eu julgo que fazer a alteração do regimento neste momento é um pouco difícil, porque exigiria ser apreciado numa outra reunião, no entanto, penso que esta moção poderia ser apresentada como uma sugestão ao senhor

Presidente da Mesa e à Mesa da Assembleia Municipal no sentido de não permitir que haja troca de diálogo relativamente aos assuntos sem a devida condução daquilo que é vincado no regimento, cada Deputado solicita a palavra e o solicitar a palavra não é cortar a palavra dos outros, portanto, acho que para bom funcionamento desta Assembleia Municipal isso deve ser evitado e está na mão da Mesa garantir que isso aconteça.

Relativamente à questão do 25 de Novembro e do 25 de Abril, concordando com as considerações e sob o ponto de vista histórico eu tive o ensejo de participar pelo menos no 25 de novembro, porque no 25 de Abril estava de baixa, mas como militar participei no 25 de novembro e sei bem aquilo que se passou e também sei bem aquilo que se diz acerca do 25 de novembro e é bom que estes assuntos sejam abordados e sejam tratados de forma pública e transparente. Eu concordo que de facto o 25 de novembro faz parte da nossa história e que deve ser devidamente tratado, estudado e conversado, por isso concordo que no 25 de Abril, nas celebrações, cada Bancada que tem oportunidade de falar sobre o 25 de Abril, se o entender, deverá também poder utilizar o seu momento de antena, no sentido de incluir aquilo que bem entender e o 25 de Novembro pode ser um dos temas e, naturalmente, que faz lógica, julgo que não é necessária a moção para que isto aconteça, mas se for necessário votar, votaremos favoravelmente.»

Vítor Agostinho (CDU):

Disse o seguinte:

«A data do 25 de novembro pode ser sempre objeto de debate da nossa parte, mas incluí-lo nas comemorações do 25 de Abril parece-nos de todo descabido, trata-se de alterar um plano já referido e iria sempre retirar relevo e foco à importância do 25 de Abril.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Relativamente às duas moções apresentadas pelo Chega acho que era melhor nós votarmos ou discutirmos na próxima Assembleia Municipal, porque nós precisamos de tempo para debater internamente, dentro do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche teríamos de refletir sobre estas duas moções, votando hoje, eu vou votar abster-me por essa razão, precisávamos de mais tempo, tendo em conta que estas propostas foram entregues hoje na Assembleia Municipal.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Dizer que relativamente às outras questões não levantamos questões, relativamente a esta questão do 25 de Novembro, temos perfeita noção do posicionamento do Partido Socialista, da sua participação e da intervenção, concretamente Mário Soares nesta matéria, mas neste momento acompanhamos o senhor Deputado Hugo Martins e creio que devia ser objeto de outra reflexão, ao invés de ser já votada.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quero, em nome da Freguesia de Peniche, saudar os atletas que participaram na Taça de Portugal, de Kickboxing e Muay Thai 2024 que teve lugar no dia 30 de novembro e 01 de dezembro, e que atletas, filhos de Peniche, Cláudio Figueiras que foi Vice-Campeão na categoria de 44kg e Afonso Faustino que foi Campeão na categoria de 45kg, a eles os parabéns em nome da Freguesia de Peniche.

Quero também saudar a iniciativa do Peniche a Correr, que teve lugar no dia 12 de janeiro, o XI Grande Prémio Peniche a Correr, que juntou muitos participantes e que angariou

3.250,00 euros em inscrições e patrocinadores que foram doados à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche aos quais a Freguesia de Peniche juntou mais 750,00 euros e arredondou para os 4.000,00 euros, portanto, ao Peniche a Correr é de louvar a iniciativa em prol da associação a que se destinou.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Em relação à moção de alteração do regimento, não me fere a alteração embora considere, porque também fiz parte da comissão de redação, que a terminologia de algo estará perfeitamente enquadrada, a disputa verbal até me remeterá um pouco mais para disputa no sentido belicista que podemos aqui ter, no entanto, não me choca, disputa verbal, no fundo, existe praticamente nas nossas intervenções e que são salutares, o diálogo, aquilo que perpassou dentro do conjunto da equipa tinha mais a ver com o facto de as pessoas trocarem palavras perante a intervenção de outros membros desta Assembleia Municipal, no entanto, da nossa parte não criamos obstáculos em relação a isso.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Relativamente à primeira moção, a proposta de alteração ao regimento, como disse o senhor Deputado Francisco Salvador, eu propunha ao senhor Deputado João Oliveira que transformasse a moção numa proposta à mesa, porque estou de acordo também com aquilo que já aqui foi registado sobre a terminologia de algo e disputa verbal, portanto, o diálogo é, por norma, o termo regulamentar, é aquilo que é mais vulgar encontrarmos em termos regimental, de qualquer forma, enquanto membro da revisão do regimento, não me repugna absolutamente nada.

Relativamente à segunda moção, a proposta do Partido Socialista e do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche é no sentido de retirarmos para reflexão.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«A razão de eu apresentá-la foi por que esta é a nossa primeira reunião deste ano e antecede as comemorações do 25 de Abril e a perspetiva de apresentar uma moção com este conteúdo e desta natureza não tem qualquer tipo de pendor ideológico, tem que ver com uma necessidade de que eu penso que nós portugueses temos de fazer paz com a nossa própria história. Nós começámos com uma discussão entre portugueses, todos contra todos, ainda antes do regicídio, já levamos mais de cem anos desta discussão e como nação continuamos divididos, passámos por um período autocrático, salazarista, tivemos um 25 de Abril, passaram-se mais 51 anos que se vão completar em abril e ainda não conseguimos entre nós falar de maneira ordeira e não conseguimos, ainda, hoje, ser inclusivos de nós mesmos e continuamos a querer fazer as festividades de uma data separada da outra como se fossem duas coisas propriedade de uma fação portuguesa e de uma outra fação que eu entendo que não existe, porque numa e noutra data os portugueses todos estavam juntos, obviamente com tropeções e um processo que foi acontecendo, iniciou-se em 25 de abril que depois teve uma conclusão em 25 de novembro, se calhar em Peniche fazíamos história, começávamos por ser nós o Município que iria dar a primeira nota. Na minha opinião, não se devem festejar duas datas separadas como se fossem duas fações que contendem o que quer que seja na nossa linha temporal histórica, mas que sim, fazíamos a celebração de um período histórico que nos conduziu à democracia.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Entendemos que o 25 de Novembro é uma data histórica que não veio completar nenhum processo encetado no 25 de Abril, nem veio corrigir, nem vem contrapor-se. O 25 de Novembro foi um acontecimento que surgiu do pós 25 de abril, da má utilização da liberdade que foi disposta a cada um, nesse sentido acho que para se comemorar devidamente o 25 de Novembro, não é no dia 25 de abril que deve ser feita a referência, deve ser no dia 25 de novembro e se houver alguma vez um feriado nessa data deve ser feita uma referência mais solene, não havendo feriado pode ser feita a referência que bem se entender, através dos meios que estão ao nosso dispor, até porque costuma haver uma Assembleia Municipal no final do mês de novembro para debater o orçamento e pode aproveitar-se para fazer as declarações de intenção como entenderem, portanto, a Bancada do Partido Social Democrata vai abster-se.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«A Bancada do Partido Socialista não tem nada contra o 25 de Novembro, pelo contrário, e tem noção do papel que teve no 25 de novembro, no entanto, estaremos contra a forma da proposta por uma razão, no 25 de abril, festejamos o 25 de Abril, se houver algo a fazer no 25 de novembro deve ser nessa data.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em consonância com o que foi dito pelo senhor Deputado Francisco Salvador e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, a Freguesia de Peniche tem a mesma opinião, poderão expressar-se, mas na data específica para tal, não no 25 de Abril, penso que são momentos diferentes, um em abril e outro em novembro, se a moção for no sentido de incorporar o 25 de Novembro dentro do 25 de Abril a Freguesia de Peniche votará contra, se for para fazer em momentos indicados pela data, a Freguesia de Peniche abster-se-á.»

Luis Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Quero só sinalizar uma coisa que foi dita que nem está expressa na moção, mas que eu não gostava que não fosse um bocadinho refletida que foi a afirmação de que o povo português sempre teve em divergência e poucas vezes se encontrou, portanto, é natural que uma comunidade tenha divergências, é o normal, é a dinâmica, aliás, no meu entender o 25 de novembro aparece numa dinâmica democrática normal exatamente para impor a democracia e não permitir que houvesse um predomínio de uma determinada ideologia, portanto, as dinâmicas normais levam a estas coisas e é a dinâmica social que dirá que peso é que deve ter o 25 de novembro no futuro, considerando nós que o 25 de novembro deve ser devidamente sinalizado e provavelmente até mais sinalizado por uns grupos ideológicos do que por outros, é o processo normal de uma democracia.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Nesta moção não aparece qualquer proposta de atividade incluída nas comemorações do 25 de Abril, ao aparecer apenas que se incluía uma referência, eu não sei o que é uma referência, porque uma referência qualquer pessoa é livre, em democracia, de poder fazer a sua referência em qualquer discurso, em qualquer intervenção que tenha em determinado momento, no âmbito das comemorações do 25 de Abril, aí somos livres de facto da nossa posição relativamente a cada um daqueles momentos que se seguiram ao momento 25 de Abril, foi um momento de rutura, um

momento mais importante que tivemos e houve, de facto, várias dadas a partir daí, o 25 de Novembro é uma delas, obviamente objeto de debate e objeto de reflexão, o que aqui aparece, ao ler os três pontos, é um pouco disperso tudo isso que seja como que quase que a obrigar que haja uma referência, não, para essa referência eu posso fazer na minha intervenção, qualquer deputado o poderá fazer em determinado momento, em qualquer iniciativa enquadrada nos momentos do 25 de Abril, por isso, é sempre objeto de discussão, objeto de debate, um programa que já está instalado não parece que seja nesta altura a inclui-lo. Em democracia qualquer interveniente tem a liberdade de se expressar e, obviamente, pode sempre remeter para o momento do 25 de Novembro, para a importância que para cada um teve, terá a liberdade de o fazer, foi isso que o 25 de Abril, afinal em democracia, nos permitiu expressarmo-nos livremente e daí que, respeitando todas as opções e as ideologias que cada um possa ter, ainda bem que essa liberdade existiu, portanto, nesse aspeto julgo que ninguém fica quarquetado de poder ter a sua intervenção e a sua opinião relativamente a cada momento do desenvolvimento do 25 de Abri, provavelmente todos nós diremos que há muita coisa por concretizar, obviamente, esse debate levar-nos-ia mais longe, por isso, esta é a minha opinião pessoal em nome da bancada e também pensando que pudéssemos ter tido mais tempo para analisar a própria moção e poder, eventualmente, reformula-la, haver aqui outros aspetos diferenciados, não sendo, a nossa posição já foi referenciada.»

Deliberação n.º 1/2025: Submetida a moção apresentada pelo senhor João Oliveira, sobre a de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, deliberado não votar a moção, devendo o proponente, caso assim o entenda, apresentar uma proposta de alteração ao regimento oportunamente.

Deliberação n.º 2/2025: Submetida a moção apresentada pelo senhor João Oliveira, sobre a inclusão do 25 de Novembro nas celebrações do 25 de Abril, a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou **rejeitá-la**, por maioria, com dez (10) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Socialista (7) e pela Coligação Democrata Unitária (3), treze (13) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6) e pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), e um (1) voto a favor, do membro eleito pelo Chega.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Relativamente ao Pavilhão Multiusos dos Bombeiros, eu gostaria de saber em que ponto é que está a situação relativamente ao protocolo e ao visto do Tribunal de Contas.

- Relativamente aos moloques do Campo da Torre, na sequência do parecer desfavorável por parte da Direção Geral do Património Cultural, gostaria de saber o ponto de situação, uma vez que os moloques ainda se encontram no mesmo sítio, possivelmente a serem utilizados.

Eu faço estas perguntas, porque nós só temos reuniões de Câmara de 15 em 15 dias e muitas vezes sem som.

- Na sessão passada da Assembleia Municipal relatei um facto, ainda sobre a falta de som nas reuniões e sobre uma reunião da Câmara Municipal de Peniche do passado dia 11 de outubro, e nessa minha intervenção disse que ficava expectante para ver a ata que iria ser produzida dessa

reunião. A reunião teve a duração de cerca de uma hora e cinquenta minutos, com a intervenção do público sobrou perto de uma hora que estivemos sem som, o senhor Presidente referiu nessa Assembleia Municipal que o assunto que estiveram a debater foi relacionado com os Bombeiros e eu fui ver a ata e não vi nada relacionado com os Bombeiros, portanto, das duas uma, se na altura todo o executivo, mesmo tendo indicação que não haveria som, não tomou qualquer medida, em relação à ata, uma vez que ela foi aprovada pelo executivo também presumo que aquela hora em que falaram sobre os Bombeiros também não ficou reproduzida em ata. Gostaria de perguntar se isto se mantém, uma vez que a ata foi aprovada.

- Bairro do Visconde, queria saber o que é que o Município de Peniche já fez em relação aos factos ocorridos naquela zona, quais os passos que foram dados, em que ponto estamos.

- Jardim Municipal, irá ser realizado o Carnaval, recorde que numa das sessões anteriores também falei sobre isto, o senhor Presidente disse que possivelmente iniciaria as obras depois do Carnaval, portanto, gostaria de saber se efetivamente avançamos nesse sentido.

- Rua 13 Infância, o senhor Presidente também falou numa candidatura de 500.000,00 euros, para um Centro de Ciência Viva. Gostaria de perguntar se se mantém essa intenção, uma vez que me apercebi que poderá estar também em causa a questão da Berlenga.

- Entrando na questão da Berlenga, queria fazer duas perguntas: a primeira, em relação ao parque de campismo, se vai abrir este ano, uma vez que já estamos em fevereiro. Relativamente ao despacho que foi emitido pela senhora Ministra do Ambiente, em 30 de janeiro, relativamente ao Forte de São João Batista e relativamente à questão do centro que poderá ser lá construído. Se leram o despacho, falam sobre a taxa turística e a dada altura dizem que esta medida está em linha com o preconizado no plano de Cogestão da Reserva Natural das Berlengas, envolvendo a Câmara Municipal de Peniche e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Pergunto em que ponto estamos, uma vez que o Presidente da Cogestão é o Presidente da Câmara Municipal de Peniche, gostaria também de alertar que em agosto de 2023, conjuntamente com o senhor Deputado Luís de Almeida, pedimos a realização de uma sessão temática e esta situação surgiu agora, portanto, urge, quanto antes, a realização desta sessão.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Relativamente ao Pavilhão Multiusos, os serviços estão a finalizar o processo para ser enviado ao Tribunal de Contas.

Relativamente aos moloques no Campo da Torre, o senhor Presidente da Câmara já abordou este assunto com os membros da Câmara Municipal e levará brevemente uma nova informação a reunião de Câmara onde iremos discutir o que iremos fazer relativamente ao moloques. Relativamente à observação que fez sobre a utilização, sim, alguns estão a ser usados.

Relativamente à ata do dia 11 de outubro, ela está aprovada, não tenho nenhuma indicação, mas poderei investigar melhor aquilo que foi referido pelo senhor Deputado Carlos Miguel Amaral.

Relativamente ao Bairro do Visconde, foi feita uma vistoria pelo Serviço de Proteção Civil e pela Agência Portuguesa do Ambiente e foram sinalizados e identificados determinados locais e existe um pedido de monitorização de estabilidade da arriba e pretende fazer-se a contração de um projeto geológico, uma sugestão feita pela Agência Portuguesa do Ambiente.

Relativamente ao jardim municipal, mantém-se a intenção de iniciar as obras durante o mês de março para a realização de um parque infantil.

Relativamente à Rua 13 Infância, certamente houve um engano na explicação, porque o Centro de Ciência Viva era um projeto que já vinha do senhor Presidente António José Correia e, efetivamente, este Centro de Ciência Viva tinha um custo de 500.000,00 euros que não eram financiados. Neste momento, estamos numa fase de preparação do projeto para um Centro de

Interpretação sobre Economia Azul que iremos levar a reunião de Câmara e que, esse sim, terá a possibilidade de financiamento. O assunto está a ser trabalhado pelos serviços para ser presente em reunião de Câmara.

Relativamente à Berlenga, a área de campismo irá abrir, a nossa intenção é que abra o mais rápido possível e estamos a trabalhar nesse sentido.

Relativamente ao despacho emitido pela senhora Ministra do Ambiente, não era do conhecimento da Cogestão, portanto, não era do conhecimento do senhor Presidente e nem de nenhum membro da Cogestão a existência deste despacho, nem desta intenção por parte do Ministério do Ambiente, neste caso, na pessoa da senhora Ministra do Ambiente. Foi efetuada um ofício e o pedido urgente de reunião com a senhora Ministra do Ambiente. De referir que a taxa, não é uma taxa turística, eu acho importante que as pessoas percebam, a taxa turística é o que se paga nos alojamentos locais e hotéis, aquilo é uma taxa de ocupação da Ilha da Berlenga e a taxa turística é do Município, a taxa de ocupação da Ilha da Berlenga não é do Município.

Relativamente à sessão temática sobre a Berlenga, concordo que deve ser feita o mais rapidamente possível, mas terá de ser o senhor Presidente da Assembleia Municipal a manifestar-se sobre esse assunto.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Agradeço as explicações dadas pela senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Relativamente aos moloques e sabendo que os mesmos estão a ser, possivelmente, utilizados, também está a ser feita a sua recolha.

Relativamente ao Visconde, pergunto também se os moradores estão a ser englobados nas conversas que têm decorrido.

Por último, eu não referi a questão que tem que ver com os empréstimos e que tem surgido nas reuniões de Câmara. Quero dar uma opinião relativamente aos empréstimos e à forma de gestão que os empréstimos assim obrigam. Quando nós utilizamos empréstimos para fazer obra e quando são empréstimos no último ano de mandato tenho sempre alguma dificuldade em perceber a altura em que eles são submetidos, por outro lado tudo o que envolve empréstimos, envolve pagamentos obrigatórios e por isso mesmo quando nós temos a situação financeira da Câmara onde cerca de 70% das despesas são com pessoal e nós estamos a endividarmo-nos mais, em termos de empréstimo, há duas entidades que no final do mês receberam os seus valores, os funcionários e a banca, portanto, alguém vai ficar atrasado nos pagamentos. A parte da gestão financeira e parte de como se está a gerir através do recurso a crédito preocupa-me bastante e não poderia deixar de dar esta nota.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Aproveito para referir ao senhor Deputado Municipal, Carlos Miguel Amaral, que efetivamente o último ano foi um ano de recuperação para o nosso município e em abril irei explicar melhor, em relação à Prestação de Contas, mas posso adiantar que felizmente, no mês de janeiro, a situação ficou regularizada com os nossos fornecedores e neste momento tudo o que estava registado e que vencia até 31 de janeiro foi pago e acho que isso reflete aqui toda a gestão que sido feita e a preocupação que existe essencialmente com os trabalhadores e com todos os fornecedores que também dependem, em parte, daquilo que o nosso município lhes adquire e que tem obrigação de pagar e, felizmente, conseguimos atingir o que estava proposto por mim e pelo senhor Presidente da Câmara e os fornecedores estão regularizados.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Relativamente ao empréstimo, os empréstimos ainda vão surgir, portanto, iremos ainda falar sobre isto, neste momento sim, falei nos empréstimos que vão surgir, isso que fique bem claro, portanto, aguardaremos efetivamente quando os empréstimos forem, se forem, aprovados, em sede de prestação de contas analisaremos bem a rúbrica fornecedores.»

Vítor Agostinho (CDU):

Disse o seguinte:

«Vamos falar novamente de saúde. Posso começar por falar como cidadão e potencial utente que estou preocupado, atento e bastante preocupado. Todos concordaremos que o Serviço Nacional de Saúde tem desempenhado um papel essencial na promoção da saúde e no combate às desigualdades no que ao acesso dos cuidados médicos diz respeito. Comemorámos no ano passado os 45 anos da instituição do Serviço Nacional de Saúde em Portugal, um dos belos frutos que a revolução de abril nos ofereceu, mas 50 anos depois este afigura-se-nos como um dos grandes problemas atuais. Com este Governo rapidamente surgiu um plano em 60 dias como que pensando que tudo se resolveria como por magia, ao invés de tudo melhorar tudo piorou. E agora? Que melhorias? As preocupações desvaneceram-se. Para nós, o atual estado das coisas e o futuro que se avizinha só pode criar decepção, desconfiança e insegurança. É nessa luta pelo direito à saúde, para todos e pelo SNS, que sempre estaremos na linha da frente e nós, em Peniche, continuamos com o problema da urgência básica a encerrar várias vezes por mês e continuamos com o défice de utentes sem médicos de família. A situação continua a degradar-se pelo que perguntamos que evolução tem havido nos últimos tempos e que informação tem sobre estes dois pontos.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Relativamente à saúde, é uma preocupação que é comum a todas as forças políticas, que em sede da OesteCIM já houve uma reunião com a senhora Ministra da Saúde, continuamos todos a fazer a pressão que é necessária e queremos muito que a situação seja resolvida, mas este é um problema nacional e, infelizmente, o nosso concelho também sofre com esta situação. Da parte do Município, somos todos solidários no sentido de estarmos preocupados e atentos a esta situação e queremos que haja uma resolução rápida, acho que é a vontade de todos e por isso acompanhamos esta preocupação do senhor Deputado Vítor Agostinho.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Eu estava à espera que a mesa dissesse que está prevista uma reunião extraordinária sobre a questão da Berlenga, porque a intervenção do público pode ter que ver com isso.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Dizer que relativamente à questão da Berlenga, há, como disse o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral, a proposta de realização de uma Assembleia Municipal extraordinária sobre a temática da Berlenga, já aqui apresentada pelos senhores Deputados Carlos Miguel Amaral e Luis de Almeida. Não houve possibilidade de, até ao dia de hoje, realizarmos essa Assembleia Municipal extraordinária devido à exigência da nossa parte da participação de alguns elementos que fazem parte da Cogestão da Berlenga, não foi possível até hoje, mas vamos realizá-la durante o mês de março, contudo, a data ainda não está definida.»

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

JOÃO HUGOBALDO, REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA BERLENGA:

Disse o seguinte:

«A razão da nossa vinda aqui é no sentido de mostrar a nossa preocupação por este despacho que surpreende tudo e todos, acima de tudo surpreende a Associação dos Amigos da Berlenga que em 2025 faz 50 anos que mantém a funcionar o Forte de São João Batista.

Queremos agradecer tudo o que já foi feito até agora, sei que têm havido alguns contactos com Deputados da Assembleia Municipal, o senhor Secretário de Estado do Turismo esteve connosco na quinta-feira e gostaríamos de fazer um pedido, temos de lutar por aquilo que é nosso e o Forte de São João Batista é nosso, porque se não fosse a Associação do Amigos da Berlenga, durante estes 50 anos, já não havia Forte de São João Batista, havia um Forte da Luz ou um Forte como o da Consolação, mas não havia o Forte de São João Batista.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Gostaria de agradecer a este grupo de pessoas que, ao longo de 50 anos, tem João Batista e só tenho a agradecer esse facto e obviamente que vamos todos lutar por aquilo que é nosso.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Naturalmente, todos nós agradecemos o esforço que a Associação Amigos da Berlenga tem feito pela manutenção, preservação e conservação daquilo que é um património nacional.»

EUGÉNIO NUNES:

Disse o seguinte:

«Nós, a partir de 2015, reparámos que havia imensos problemas na Bufarda para ser resolvidos e entendemos que a Câmara Municipal teria a obrigação de o fazer. Tratámos de algumas diligências no sentido de esses problemas serem resolvidos, alguns deles foram, outros não. Neste momento temos uma situação muito caricata que está a acontecer numa pequena obra, trata-se de um jardim que está a ser executado em frente ao Café Central, na Rua Principal e com a Rua Mestre Paulo, ficámos surpreendido com a obra que está a ser lá executada. Vou partir de um princípio, este espaço foi adquirido no desenvolvimento de todas as diligências que nós fizemos para melhorar a Bufarda, existiam uns muros antigos que ocupavam uma determinada área que causava algum perigo. Nós estamos desiludidos com o que está lá a acontecer, porque inicialmente, com o conhecimento da Câmara e da Junta de Freguesia, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia sabe disso, uma Arquiteta Paisagista da nossa terra se disponibilizou para elaborar um projeto para lá, com todo o gosto nós aceitámos e todos foram unânimes em aceitar essa ideia. Quando o projeto avança, não sendo propriamente um projeto concluído, havia pelo menos um esboço que definia muito bem aquilo que iria ser feito, esse projeto

não foi aceite na Câmara, pensamos que a Câmara deva ter chegado a uma conclusão que tinha muita área verde, tratava-se de um jardim bem organizado, e se calhar aquilo iria trazer despesa posteriores à Câmara, é aquilo que nós pensamos, mas sendo isso ou não, o que é certo é que esse projeto nunca avançou. Mais tarde, a senhora Arquiteta Ana Carriço com o senhor Afonso Clara deslocaram-se ao local, fizeram uma análise do ponto de situação e entre eles conversaram e decidiram o que é que deveria ser feito sem nos procurar se nós estaríamos ou não de acordo. A senhora Arquiteta Ana Carriço elaborou o projeto e mais tarde enviou-nos isso por email, pediu-nos algumas opiniões, se concordávamos e se achávamos que aquilo seria ou não o ideal. Havia alguns pormenores, nomeadamente os acessos para o espaço do jardim que fazia a entrada e a saída diretamente para a Rua Principal, diretamente a uma passadeira e nós achávamos que era perigoso e entendíamos por bem que as entradas e saídas para o espaço do jardim fossem feitas nas partes laterais para evitar que pudesse ocorrer mais tarde ou mais cedo algum acidente, nomeadamente a pensar nas crianças. Isto não teve aceitação, mas concordámos que aquele projeto fosse realmente executado. Mais tarde fomos surpreendidos que havia um outro projeto, não sabemos bem porquê, mas o projeto pouco tem que ver com um jardim, porque se pensávamos numa área verde, o que temos lá agora é uma área calcetada, ou seja, vegetação é quase invisível e se alguém tiver a curiosidade de ir até ao local, passar por lá, reparem na obra que está a ser executada, mas pior do que isto, havia uma rua de acesso em frente ao prédio ali existente e essa rua foi simplesmente fechada, dificultando até o acesso para as garagens, em função disso, como nunca houve uma informação e nós achamos e a lei diz que qualquer espaço público deve ser afixado um cartaz a informar o público e para que as pessoas se possam pronunciar se concordam ou não, isto não aconteceu, aquilo fez lembrar um pouco aquelas obras que são feitas clandestinamente, faz-se no fim de semana, porque segunda-feira se o fiscal passar já está feito, pareceu-nos um pouco isto, porque eu tive uma conversa com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Francisco Salvador, na altura, ele estava no início da obra, estava apenas a iniciar a implantação dos lancis e eu falei com o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, e disse-lhe que o melhor era não avançar muito com isto, porque esta obra não nos vai satisfazer e não satisfaz, não satisfaz as pessoas e, inclusive, há o levantamento de um abaixo-assinado, os residentes da zona fizeram um abaixo-assinado que foi entregue a todas as forças políticas numa reunião de Câmara logo a seguir ao início da obra, o senhor Presidente, na altura, disse que ia mandar parar a obra, não parou, as obras continuaram a todo o gás, inclusive, correu a voz de que iria ser feita só aquela fase e que talvez tivesse de ficar um ano à espera dos calceteiros, também não aconteceu isso, o que aconteceu foi que a obra não parou, os calceteiros executaram e taparam aquilo tudo com calcada, ora bem, parece que houve um jogo para despachar a obra rapidamente, agora, pior do que isto, impossibilitado os acessos, o que está ali a acontecer é que os próprios lancis estão a ficar ao nível da estrada e dos passeios, ou seja, aquilo não melhorou, não há lancis a definir onde é estrada e não há lancis a definir onde é passeio, portanto, aquilo é uma aberração total.

Aproveitamos também para perguntar quando é que o senhor Presidente pensa mandar avançar com a obra da Rua Principal, uma obra que se arrasta desde 2016. Mais do isto, ficámos muito surpreendidos, porque eu consultei uma reunião de Câmara, de dia 22 de novembro de 2024, e parece que a Câmara vai querer assumir o compromisso de pagar 10.000,00 euros por mês, até 2029, para o Multiusos dos Bombeiros, nós não temos nada contra os Bombeiros, o que nós achamos é que está a ser, se calhar, um dinheiro desviado para outras obras e nós também precisamos.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Sobre esta situação que já é conhecida de todos, da Câmara Municipal como da Assembleia Municipal e eu quero dizer que da parte da Junta de Freguesia havia uma insistência enorme para que se executasse aquela obra, eu apanhei a alteração ao projeto, dei conhecimento ao senhor Eugénio Nunes e aos que o acompanham e andavam sempre a pressionar-me de quando é que iniciava a obra e depois fiquei pasmo, praticamente no dia em que iniciei a obra, quando vem tem comigo para parar a obra. Eu disse que tinha feito um acordo de obra com a Câmara Municipal, portanto, a obra era da responsabilidade da Câmara Municipal, mas a Junta de Freguesia estava a colaborar com a Câmara Municipal na execução daquela obra, portanto, da parte de Câmara mandaram-me avançar com a obra e a obra avançou. Neste momento tenho pena que a obra esteja parada, que não ficasse ainda concluída, da parte da Junta de Freguesia até foi rápido, na medida do possível, a executar a obra, falta acabá-la, colocar os pluviais e calçetar o resto da rua, colocar a luminária que está prevista, plantar lá duas árvores, mas acho que a obra está bem encaminhada e deve ser concluída o mais rapidamente possível.

Em relação ao resto da Rua Principal, eu também concordo que aquela rua está a ficar muito degradada, precisava de uma grande intervenção, mas isso é da parte da Câmara Municipal.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Referir que me incomoda um pouco os termos utilizados pelo senhor Eugénio Nunes, nomeadamente, obras ilegais e termos utilizados, tais como desviado, tudo isso, a mim, incomoda-me um pouco, por isso sobre esses termos não me irei pronunciar, mas posso referir que no dia em que o senhor Eugénio Nunes foi a reunião de Câmara e entregou o abaixo-assinado foi com a presença de alguns moradores da rua onde foi realizada a obra, neste caso, no Largo Mestre Paulo e foi marcada de imediato uma reunião com esses moradores, à qual o senhor Eugénio também foi convidado a estar presente, o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia também e o senhor Eugénio Nunes não esteve presente, porque tinha um impedimento pessoal, e nessa reunião, conjuntamente com os técnicos, foi explicada a esses moradores a obra e todas as situações ficaram sanadas com os moradores do Largo Mestre Paulo.

Em relação à Rua Principal da Bufarda iremos enviar por email uma resposta ao senhor Eugénio Nunes e posteriormente partilhar a mesma com a Assembleia Municipal.»

EUGÉNIO NUNES:

Disse o seguinte:

«Em relação à postura do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia nós consultamos as atas e eu procuro ser muito perspicaz a consultá-las e quando o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, numa vez que eu fui com o senhor Fernando à Junta de Freguesia e nos foi apresentado o papel já estava tudo tratado e eu digo que estava tudo tratado, porque as deliberações já estavam todas feitas, portanto, o que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, disse não faz sentido, porque ele quando nos apanhou na Junta de Freguesia quis passar a mensagem de que foi apanhado desprevenido, não é verdade, porque ele já tinha dado o parecer à Câmara Municipal, inclusive, já tinha feito contrato para executar a obra, portanto, não faz sentido este tipo de afirmação que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, fez agora.

Quanto ao jardim, no dia em que marcaram essa reunião eu tinha a minha vida, não podia estar presente, uma coisa é certa, o abaixo-assinado não serviu de nada quando a lei diz que deve ser afixado um cartaz no local para que as pessoas possam analisar e pronunciar-se e nada disto aconteceu, daí eu estar a dizer que estas obras faz-me lembrar outras coisas noutros tempos, isto

foi aquilo que aconteceu, as pessoas deviam ter sido informadas e não foram, foi feita uma obra quase da noite para o dia e isto é pena acontecer, porque isto tira a imagem da própria Câmara e da própria Junta de Freguesia, portanto, isto não fica bem.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Quero dizer ao senhor Eugénio Nunes e a quem o acompanha que na altura que lhe dei conhecimento da alteração ao projeto foi há muito mais de um ano, deve estar a fazer dois anos em abril, e desde há dois anos para cá quantas vezes é que me questionou quando é que eu começava a obra e no início que eu comecei a obra veio-me questionar o porquê de eu estar a iniciar os trabalhos.

Eu estive presente na reunião que foi feita com os moradores do Largo Mestre Paulo, o senhor Eugénio Nunes não esteve presente, e no decorrer da obra, sempre que eu ia à obra, nunca vi qualquer contestação por parte das pessoas confinantes, ninguém questionou a execução daquela obra, só da parte do senhor Eugénio Nunes é que tem havido esta contestação, eu estou a dizer aquilo que me apercebi e, no decorrer da obra, fui lá dezenas de vezes.»

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

(continuação)

Luís de Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Esta minha intervenção é motiva pela intervenção do senhor Deputado Carlos Miguel Amaral e pela resposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, em dois aspetos, a primeira é relativa à Rua 13 Infanteria. O desenvolvimento de Peniche por vezes apresenta-se muito pouco planeado exatamente pelo que ficou evidenciado por uma afirmação que a senhora Vice-Presidente da Câmara que disse assim: “na Rua 13 de Infanteria estava para ser prevista um Centro de Ciência Viva, mas como não tinha financiamento passou a ser um centro interpretativo, porque aí há financiamento.” É evidente que o desenvolvimento não pode ser consequência dos dinheiros que estão disponíveis, o processo deve ser exatamente o contrário, nós sabemos o que queremos e sabendo o que queremos vamos à procura dos dinheiros disponíveis, esta postura é uma postura que não nos leva a lado nenhum, ou seja, não nos leva a nenhum desenvolvimento consequente e coerente com o que nós queremos. A segunda questão tem exatamente que ver com a Berlenga e com um facto que eu tenho muita dificuldade em aceitar que é o não conhecimento do despacho. Não estou a dizer que não conhecem, não quero duvidar do que se afirmou, mas acho muito estranho e quero fazer uma pergunta. Quantas vezes é que a Comissão de Cogestão se reuniu nos últimos dois anos. Nós sabemos que pelo menos uma vez, sim, no princípio de 2025, antes de 2025 gostava de saber quantas foram, na reunião de 2025, este despacho certamente não foi feito numa semana nem em duas semanas, esta questão não ter sido abordada, até porque esta questão é evidente que é de todo o interesse do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas está totalmente envolvido nisto e tem de saber, o que acontece aqui é, claramente, novamente uma questão de gestão desta Autarquia, é falta de liderança, porque sendo a Câmara Municipal a presidência da Comissão de Cogestão tem que estar permanentemente a discutir todos estes assuntos e não pode permitir que as coisas se passem nas suas costas, portanto, o que aqui acontece é que se por acaso a Câmara não soube é porque não houve discussão dos problemas da Berlenga, ainda por cima tendo havido uma reunião da Comissão de Cogestão em janeiro, tudo isto é muito estranho.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Sobre a Saúde, eu recorro a todos que foi apresentado por esta bancada, vai fazer um ano, um projeto que foi apresentado à Câmara que vinha na intenção de envolver todas as entidades que já existem no nosso Município e fazendo também o envolvimento da população, porque na altura formou-se uma Comissão de Utentes que inclusivamente veio à Assembleia Municipal informar que tinha feito uma visita à Assembleia da República a propósito deste tema, eu entreguei à Câmara, na mão do senhor Presidente, um projeto e o projeto previa precisamente a criação de um Plano Municipal de Saúde, inclui um cartão de saúde do município com uma componente de cobertura de risco e todo um plano que já está feito e que já foi implementado por mim noutra local e, entretanto, o senhor Presidente teve a oportunidade de, a última vez que eu lhe perguntei por isto, dizer-nos a todos que entretanto tinha entregue a duas pessoas desta área, especialistas para fazerem a análise e a leitura do mesmo plano e que depois voltava a dar-nos algum retorno ou a mim diretamente, eu não recebi mais retorno nenhum e, entretanto, todos nos lamentamos e falamos sobre o assunto, o Sistema Nacional de Saúde vai tendo problemas e as estruturas privadas de dimensões enormes que não estão propriamente interessadas em atender àquilo que são as necessidades do público menos favorecido do nosso município e até dos municípios limítrofes, vão-se instalando e vão tomando posição no território. A pergunta é, já houve algum tempo para se poder dar atenção a este tema.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Respondendo ao senhor Deputado Luís de Almeida, permita que lhe diga que o facto de uma obra não ser financiada pode colocar dúvidas a todos nós, e é legítimo que coloque, estávamos a falar, na altura, de 200.000,00 euros, provavelmente seria muito mais dinheiro para efetuar a obra do Centro de Ciência Viva, são opções que são legítimas, que foram tomadas por quem foi eleito e temos de saber respeitar, permita que eu discorde da sua opinião, noutra alturas concordarei com o senhor Deputado Luís de Almeida, é a democracia a funcionar e está tudo certo.

Relativamente à questão da Berlenga, eu sei que a pessoa responsável pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, o senhor Engenheiro Rui Pombo, não foi informado, ele não sabia desta situação, nem sabia do possível despacho da senhora Ministra, isto em Cogestão não foi efetivamente discutido, não foi apresentado e nunca foi falado. Em relação ao número de vezes que a Comissão reuniu, não tenho essa informação neste momento, mas encaminharei a informação por email a todos os senhores Deputados Municipais.

Em relação ao senhor Deputado João Oliveira, eu sei que o documento foi analisado, vai ser apresentada uma informação e o senhor Presidente comunicará com o senhor Deputado.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Volto a um tema que já tinha abordado na última Assembleia Municipal, referente ao estado de degradação em que se encontra o IP6. Falava, na altura, na questão da degradação e também da orçamentação previsível que haveria ou não para a via. Nesse sentido, pergunto se dispõe de alguma informação adicional sobre este assunto, até por que recentemente e infelizmente temos mais um problema com uma junta de dilatação no viaduto junto à zona do Olho Marinho.

Tinha aqui uma outra questão que já foi afluída pelo público e pelos senhores Deputados que tem que ver com o Forte de São João Batista e tendo em conta que irá haver uma sessão temática vou abster-me de estender demasiadamente sobre este assunto, independentemente disso, gostaria de perguntar qual foi o montante da taxa de ocupação no ano 2024 e a quem é entregue essa taxa. Relativamente a este assunto e havendo uma sessão temática, seria importante, seria pertinente que nos fosse disponibilizada informação ou tipo um memorando sobre este mesmo tema para que

se pudesse debate dignamente, porque o assunto merece, de facto, esse debate e se fosse possível o máximo de informação para podermos debater o assunto com seriedade.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quanto às questões que eu tinha para colocar sobre a Freguesia de Atouguia da Baleia e de Ferrel, estão sob a responsabilidade do senhor Presidente da Câmara, vou deixar para uma próxima Assembleia Municipal.

Relativamente à Freguesia da Serra d'El-Rei, esta questão é para o senhor Presidente da Assembleia Municipal e para a Mesa, quando é que vamos realizar a Assembleia Municipal descentralizada, já realizámos em Ferrel, em Atouguia da Baleia e várias na cidade de Peniche, o mandato caminha para o fim, penso que está no momento de a realizarmos.

Relativamente à sugestão que eu tinha aqui proposta para a Freguesia de Peniche, como sabemos Peniche vai receber pela 16.^a vez mais uma etapa do Campeonato do Mundo de Surf, entre os dias 15 e 25 de março, nesse sentido e com o objetivo de trazer os visitantes para o centro de Peniche, uma grande reivindicação dos penicheiros e das penicheiras, lanço o desafio à senhora Vereadora Ana Rita Petinga para fazer diligências junto da Secretaria de Estado da Cultura para uma maior divulgação do Museu Nacional da Liberdade no local onde decorrer a etapa, pois é uma excelente oportunidade para atrair portugueses e estrangeiros a conhecer mais um grande ponto de interessa da cidade de Peniche, o Museu Nacional da Liberdade, penso que é um motivo de orgulho de todos nós.

Quero dar os parabéns ao Município por regularizar o prazo do pagamento a fornecedores, acho que a situação está muito mais saudável, quero parabenizar por isso. Nos documentos que chegaram até nós, tive a oportunidade de analisar a situação financeira, documentos que todos têm acesso, e consegui consultar que a dívida a curto prazo e a dívida a médio/longo prazo o Município de Peniche baixou, que é, na minha opinião, de saudar.

Relativamente aos empréstimos que o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral falou, eu acho, também através da tabela que podemos consultar da informação financeira que foi disponibilizada, que o município tem capacidade para dar resposta aos compromissos assumidos, basta analisar as receitas e as despesas, essa análise deve ser feita para ter uma análise adequada, até por que também é um município que o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral conhece bem, e eu acho que o nosso foco é Peniche, sempre o Município de Peniche, mas nós não vivemos num mundo fechado e temos também de olhar para o lado e perceber o que vai acontecendo em redor, e podemos consultar, por exemplo, a Câmara Municipal da Lourinhã que até diz que a construção da famosa rotunda do Zé Branco deverá finalmente avançar com a contratação de um empréstimo de investimento de cerca de 835.000,00 euros, outro pedido de empréstimo que a Câmara Municipal da Lourinhã também está a fazer abrange a reabilitação das Estrada Municipal 561, entre Vale Vite e Toledo, de 628.000,00 euros de empréstimo, para percebermos que as maiorias dos Municípios do país não são propriamente ricos, não têm capitais próprios para, numa situação como esta, poder investir, e foi aprovado por unanimidade, é bom lembrar, e por ser ano eleitoral eu acho, já o disse e volto a dizer, que os mandatos são de quatro anos, para o bem e para o mal, pode acontecer coisas menos boas, negativas, que quem está a governar vai sofrer as consequências, portanto, devemos deixar governar o executivo na sua plenitude, foi democraticamente eleito e em período eleitoral a lei já prevê mecanismos que defende a democracia dessas situações, até porque e falando em empréstimos, e é bom olhar aqui para o lado, a Lourinhã, qualquer dia eles têm as estradas todas arrumadas, bonitas e nós temos as estradas em muito mau estado, infelizmente. Relembrar que a Câmara queria contrair um empréstimo no mandato anterior que foi reprovado e estamos a pagar muito caro por essa má decisão da oposição, porquê, o preço da massa asfáltica disparou completamente com a guerra, com os custos de inflação a subir é fácil perceber que foi

uma má decisão, quer dizer, temos as estradas em péssimo estado por tática política, porque perceberam que não seria bom as estradas estarem em bom estado, porque estamos a pagar um preço muito alto, se nós tivéssemos contraído o empréstimo para asfaltar, aliás, prática corrente da Câmara Municipal de Peniche e, pelo que estamos a ver, também da Lourinhã, depois vamos aos outros concelhos e vimos outros concelhos a desenvolverem-se, a melhorar, e podemos falar desta proposta como podemos falar de outras que foram bloqueadas pela oposição, depois não podemos ficar admirados, porque quando se diz que temos um atraso de 30 anos, eu diria que em algumas matérias temos um atraso de 50 anos, mas isso deve-se sobretudo à qualidade das decisões que são tomadas nos Órgão Autárquicos do Município de Peniche.

Quanto à questão da Saúde, é um bocadinho mais do mesmo, a falta de médicos de família, que foi aqui falado, não se vê solução à vista, infelizmente, eu costumo dizer que quem tem dinheiro safa-se, quem não tem sobrevive, por falta de resposta na saúde, é mais do mesmo.

Relativamente à Berlenga e ao Partido Social Democrata, eu acho que o PSD está a querer empurrar um bocadinho as culpas para o executivo camarário, quando o executivo camarário não tem culpa nenhuma, foi uma decisão tomada pelo Governo em que há uma grande descoordenação entre o Partido Social Democrata Nacional, parece-me, e o Partido Social Democrata de Peniche, entre os senhores Vereadores têm decisões diferentes, é uma baralhação completa, até por que, eu costumo dizer, quem manda nos territórios são as populações e quem manda e decide na cidade de Peniche, na minha opinião, temos um Governo democraticamente eleito e um executivo democraticamente eleito, mas são as populações sobretudo, neste caso a opinião dos penicheiros e das penicheiras que deve prevalecer.

Poderia muito mais ser dito e desenvolvido e voltar um bocadinho à questão da situação financeira, podíamos ter uma maior disponibilidade financeira, sem dúvida alguma, era não termos, ao longo destes dois mandatos, baixado de forma significativa os Impostos Municipais, veja-se por exemplo o IMI, nós temos o IMI quase no limite inferior possível por lei, temos um IMI abaixo da média da Região Oeste, teríamos aí uma fonte de receita significativa se quiséssemos aumentar, mas foi uma opção política que tomámos, já para não falar da inflação, porque a inflação afeta as famílias, afeta as empresas, afeta as Juntas de Freguesia, mas também afeta a Câmara Municipal de Peniche.

Por fim, ainda para reforçar esta questão da situação financeira que eu tanto falo e o Tribunal de Contas, o relatório do Tribunal de Contas aponta nesse sentido e a maioria dos autarcas do nosso país aponta nesse sentido que é, sem dúvida alguma, a transferência de competências, foi um arrombo significativo nos cofres das Autarquias do país. Eu sou o apoiante número um da transferência de competências, mas os montantes financeiros não vieram na mesma proporção, e isso afeta a disponibilidade financeira das Autarquias de todo o país, eu acho que temos de fazer uma análise ajustada à realidade.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Relativamente ao IP6, eu sei que o senhor Presidente esteve reunido com o responsável das Infraestruturas de Portugal, houve a parte da desmatação e limpeza do IP6, da parte das luminárias também houve, apesar de ainda se manterem muitas apagadas, substituição de algumas, mas a situação ainda não está regularizada como pretendíamos. Em relação ao asfaltamento, terei de perceber junto das Infraestruturas de Portugal o que está previsto e solicitar essa informação.

Relativamente à taxa de ocupação da Ilha da Berlenga, ela é entregue ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. No ano 2022, foram 164.058,00€, no ano 2023, 207.207,00€, e de 2024 ainda não tenho essa informação, mas assim que a tenha partilharei com os senhores Deputados Municipais.

Agradeceu a intervenção do senhor Deputado Hugo Martins. Irei falar com a senhora Secretária de Estado da Cultura, mas, principalmente, falei com a Diretora do Museu da Resistência e da Liberdade para que seja colocada mais informação turística e informativa junto do museu para que quem o visite fique a conhecer todo o nosso território que é tão vasto e tão rico.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Aproximando-se o próximo Campeonato do Mundo de Surf, gostava de saber qual é o ponto de situação relativamente à animação, o que vai acontecer, porque estamos mesmo em cima do acontecimento e ainda não vi publicidade nenhuma nem anúncio nenhum e todos os anos era feito um plano para tentar trazer os visitantes ao centro da cidade e eu gostava de saber o que está planeado relativamente a este evento tão grande e tão importante a nível nacional e que, se calhar, podia ser bem aproveitado.

Relativamente ao equilíbrio financeiro da Câmara, conseguiu resolver o problema das dívidas a fornecedores, ainda bem, gostava de saber se o mesmo está a tentar ser feito relativamente aos subsídios atribuídos às coletividades, porque não são fornecedores, mas também são carentes do dinheiro, sobretudo para pagar algumas coisas que a Câmara cobre, como é o caso do IMI.

Foi aqui falado, e é verdade, quem manda no território são as pessoas do território e por isso mesmo é que são mandatados e um dos que é mandatado, talvez com a maior das responsabilidades é o senhor Presidente da Câmara e quem faz a gestão da Câmara, e é exatamente recordando o discurso que o candidato na altura a Presidente da Câmara, o senhor Henrique Bertino, fez de que com ele nem que tivesse que acampar à porta dos Ministérios para resolução dos problemas da terra é que as coisas se iriam resolver, foi pena ele não ter acampado à porta do Ministério do Ambiente para resolver o problema que foi criado com um despacho que talvez precise de ser devidamente trabalhado localmente por quem manda no território.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Referir que relativamente ao Campeonato do Mundo de Surf iremos ter, pelo menos está a ser preparado nesse sentido, um grande espetáculo e um grande concerto a acontecer no Pavilhão Multiusos em colaboração com a Ocean Events, no dia 15 de março, mas, por respeito aos meus colegas Vereadores, eu ainda não partilhei essa informação e julgo que em primeira mão devo partilhar com os senhores Vereadores e depois poderei fazer chegar toda a planificação à Assembleia Municipal.

Relativamente aos subsídios atribuídos às coletividades, informar que tentámos recuperar uma questão que tínhamos, já com três anos, para com a nossa coletividades e que hoje estamos felizes com essa parte, porque também conseguimos cumprir com a maior parte dos pagamentos efetuados às nossas associações e também relativamente ao IMI, este ano já levámos uma proposta para devolução do IMI às associações pelo que também cumprimos com o que foi solicitado e tantas vezes foi falado em reunião de Câmara.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Em relação à Rua 13 de Infantaria, no dia 29 de novembro de 2024, o senhor Presidente e está em ata disse: “estamos a trabalhar numa candidatura para a requalificação dos edifícios e da praça, recuperámos três projetos passados, nomeadamente o Centro de Ciência Viva e já está referenciado como possibilidade de candidatura de cerca de meio milhão de euros, esperemos que saia entretanto, porque é uma candidatura que já está listada para ser aprovada, portanto, quando eu falei em Centro de Ciência Viva falei por alguma razão.

Em relação à Berlenga, eu pactuo da opinião do senhor Deputado Luís de Almeida e a pouco me interessa se é taxa de ocupação, taxa de passagem, taxa turística, é uma taxa é o que está definido no despacho e que rendeu, em dois anos, mais de trezentos mil euros e eu presumo que na Berlenga pouco foi aplicado. Eu recordo que este despacho, a dada altura, dá um prazo temporal, diz no prazo de seis meses e aqui há um pormenor que é: no prazo de seis meses, no quadro da Cogestão da Reserva Natural da Berlenga, e aqui está a questão, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas em articulação com a Câmara Municipal de Peniche e revertemos aqui um pouco as questões, o Presidente da Câmara Municipal de Peniche é o Presidente da Cogestão e aqui está-se a dar o ónus todo para o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, para mim não há qualquer dúvida nesta questão.

Em relação aos empréstimos que o senhor Deputado Hugo Martins falou, mantenho a mesma posição, pensava eu que o senhor Deputado, quando fala em empréstimos, eu não sei qual é o município que eu conheço, porque eu já não trabalho em municípios, os últimos que trabalhei foi no Município de Peniche e no de Torres Vedras já lá vai algum tempo, mas uma coisa posso garantir, eu pensei que em termos de receitas vinha falar dos dois milhões duzentos e cinquenta mil euros que a Câmara recebeu da renda do parque de campismo que está à entrada da cidade que eu ainda não percebi bem onde é que ele está aplicado, pensei que vinha falar disso, porque esses sim são receitas próprias e então podíamos pegar nesse dinheiro, além da taxa turística, e aplicá-lo em vez dos empréstimos, mas isso são prioridades de gestão, somente isso.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu acho que o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral misturou conceitos financeiros, uma coisa são as receitas do parque de campismo, receita própria, outra coisa é a capacidade do investimento, são conceitos financeiros que não se cruzam. Eu pensava que o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral ia dar os parabéns por encontramos um parque de campismo no estado em que estava e pusemo-lo a render 750.000,00 euros por ano para a Autarquia de Peniche, é uma autentica fortuna e o senhor Deputado questiona onde é que esse dinheiro é aplicado, eu acho que o senhor Deputado está um pouco desatento, porque herdámos um parque escolar, como todos sabemos, com grandes necessidades e muitas intervenções estão a ser feitas nas escolas, não sei se o senhor Deputado tem consciência desse tipo de intervenções. Quanto a misturar conceitos financeiros, sem comentários.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu acho que realmente há aqui conceitos a serem baralhados, quer pelo lado do senhor Deputado Municipal Carlos Miguel Amaral, quer pelo senhor Deputado Hugo Martins e, posteriormente, posso explicar aquando da Prestação de Contas e poderá ser mais fácil elucidar.»

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como

da situação financeira do mesmo.

2) APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL POR PARTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:

No cumprimento do n.º 7 do artigo 38.º, Subsecção III, do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, usaram da palavra os senhores Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, da Serra d'El-Rei, de Atouguia da Baleia e de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Soube e até vi numa reunião de Câmara a atribuição de um subsídio da parte da Câmara Municipal à Junta de Freguesia de São Bartolomeu dos Galegos. Eu gostava de saber quanto é que foi esse subsídio atribuído, penso que tenha sido para a festa de São Brás e o porquê à Junta de Freguesia de São Bartolomeu dos Galegos.

O quartel da GNR em Atouguia da Baleia, qual o ponto de situação. A obra de infraestruturas está concluída.

O Forte da Consolação e as arribas que circundam o forte, aquilo é só baias e insegurança por todos os lados.

O caminho da Barragem, quando é que se faz alguma coisa por aquela Barragem já que a senhora Vereadora tem o Pelouro da Barragem.

A Casa dos Vallas.

Vamos ter mais uma etapa do Campeonato do Mundo de Surf na Praia de Supertubos, que é na Freguesia de Atouguia da Baleia, mais um ano se passou, investimentos naquela praia zero, em termos de iluminação pública, em termos de passeios, em termos de estacionamento, se está previsto alguma coisa, pelo menos luz naquela praia, porque é uma praia de referência mundial e as pessoas quando visitam aquela praia, porque o Campeonato do Mundo de Surf que ali se realiza é a única na Europa, e aquilo à noite é medonho, não há uma única luz e não faz qualquer sentido.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Referir que não foi um subsídio, foi um apoio logístico que nós fizemos à Freguesia nomeadamente uma tenda, que nós não tínhamos, bancos e mesas que foram emprestadas e por isso foi a reunião de Câmara, todos os apoios que damos têm de ir a reunião de Câmara, subsídio não tenho conhecimento.

Relativamente ao quartel da GNR, tal como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia disse, as infraestruturas já estão terminadas, já foram solicitadas mais do que uma vez uma reunião com a senhora Ministra da Administração Interna que aguardamos.

Relativamente às arribas, a Agência Portuguesa do Ambiente já foi informada da situação, já veio ao local e neste momento aguardamos instruções por parte da Agência Portuguesa do Ambiente para uma resolução daquela situação, continua identificado, mas ainda não fizemos mais nada. Relativamente ao Forte da Consolação, neste momento a candidatura está fechada, é possível através de marcação ver o espaço, inclusivamente já levámos lá turmas de algumas escolas e também fizemos algumas sessões com o Geoparque no local, no fundo só para conhecer o espaço, porque ainda não foi lá colocado nada.

Relativamente à Barragem, eu tomo total responsabilidade sobre esse facto, mas posso dizer que quando as chuvas acalmarem eu espero que haja uma intervenção conjunta entre a

Freguesia e a Câmara para a resolução desta situação que preocupa todas as forças políticas e também o senhor Presidente de Junta de Freguesia.

Relativamente à WSL e à prova do Campeonato do Mundo de Surf que acontece na praia dos Supertubos, há uma previsão de investimento na parte de iluminação pública, já foi solicitada à E-Redes, aguardamos uma resposta por parte da mesma.

A Casa dos Vallas, espero ter algo para lhe dizer na próxima reunião que vamos ter em conjunto, espero conseguir uma situação que seja do agrado da Freguesia e também da Câmara.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu tinha dois assuntos prioritários que já foram falados nesta Assembleia que tem que ver com a derrocada no Visconde, no dia 23 de janeiro, que por acaso até foi a Freguesia de Peniche a primeira Autarquia a vedar a zona. Já ouvi os esclarecimentos e o que está a ser feito nas arribas do Visconde.

Sobre o despacho de 30 de janeiro, referente ao Forte de São João Batista, também já ouvi esse esclarecimento.

Não vou falar dos pedidos de passadeiras na Rua Cruz das Almas, não vou falar do Abrigo Homem do Mar dos portões de Peniche de Cima, não vou falar dos ecopontos na Avenida do Mar, onde é a ex-Alfândega, mas quero questionar e por acaso até tenho aqui o projeto, porque numa das últimas reuniões aconselharam-me a ir à Câmara buscar um projeto da rua, do largo Nossa Senhora da Conceição onde temos a igreja, portanto, o projeto está comigo. A Freguesia de Peniche nada tem a opor, exceto a realocização dos ecopontos que estão encostados à igreja, quem vem na Rua dos Hermínios antes do Largo de São Paulo, é um assunto que a Câmara terá de ver, a realocização desses ecopontos. Este projeto, por acaso, tem o despacho do senhor Jorge Amador, datado de 2009, estamos a falar de um projeto de 16 anos, a Freguesia de Peniche oficiou a Câmara, em março de 2022, dizendo que estava disponível para dar a mão de obra para esta requalificação do Largo Nossa Senhora da Conceição, eu estive a ver se o processo tinha um NIPG, mas não tem, tem vários despachos da Arquiteta Etelvina Alves, do senhor Jorge Amador, dos topógrafos, a Freguesia de Peniche continua interessada em fazer este protocolo de obra na medida em que os técnicos da Câmara realocizem a parte de ecopontos, porque não vamos calcetar um largo na frente de uma igreja e deixar os ecopontos encostados à igreja.

No dia 26 de fevereiro de 2024 questioneei sobre o muro da Travessa da Fialha e quando reuni com a senhora Vereadora Ana Rita Petinga foi-me dito que já havia projeto e que estava tudo feito, passou um ano e nada foi feito, há um ano que a Freguesia de Peniche se mostra disponível para fazer aquele muro.

Polidesportivo do Bairro de Santa Maria, a Freguesia de Peniche, em 2019, colocou piso novo, tabelas de basquete, balizas, remarcação do chão, pintura dos muros, redes à volta, envolvemos o senhor Wilson Alexandre que fazia, na altura, uns graffitis com os meninos moradores do bairro para ficar um polidesportivo bonito, eu quero saber qual é o ponto de situação, se há intenção de intervir ou não, porque aquilo que a Freguesia de Peniche investiu no polidesportivo, em 2019, e quem passa ali como eu passo todos os dias, porque é uma área urbana de limpeza da Freguesia de Peniche, dói ver aquele espaço.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Relativamente ao Largo Nossa Senhora da Conceição, eu solicitei o projeto, ele chegou hoje à minha posse e na segunda-feira. Conforme está combinado com a senhora Presidente de Junta de Freguesia de Peniche este será uns dos assuntos que iremos falar, entre muitos outros que também já foram solicitados por diversas vezes pela senhora Presidente de Junta de Freguesia.

Relativamente ao Polidesportivo do Bairro de Santa Maria, também já foi dada indicação aos serviços para se fazer uma intervenção, portanto, estou a aguardar que durante o mês de março a mesma seja realizada.

Relativamente ao muro da Rua da Fialha, é um dos assuntos que iremos falar na próxima segunda-feira.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Eu peço à senhora Vice-Presidente que pudesse fazer alguma diligência para que o assunto não desapareça que diz respeito a um assunto que eu havia colocado, há sete anos, sobre a Lusitânia Gás que tem um espaço na zona de Atouguia da Baleia que foi cedido pelo Município em condições especiais para a instalação daqueles equipamentos e uma empresa que tem aquele espaço há dez anos ou talvez mais deve, na minha opinião, alguma responsabilidade ao Município de tentar instalar o gás canalizado, nomeadamente às instituições, aos lares, às escolas e aos jardins de infância, porque, como sabemos, a Lusitânia Gás é uma empresa do Grupo Galp e este grupo prefere vender botijas de gás que estão a um preço exorbitante do que vender o gás canalizado que seria mais barato ao consumidor, por motivos óbvios e creio que o Município poderia ter aqui alguma intervenção nesta matéria.

Houve uma questão que me foi solicitada por um requerente que diz respeito à reciclagem, nomeadamente aos biorresíduos, um assunto já aqui trazido pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador. Os contentores de biorresíduos foram espalhados pelo concelho, não houve informação às Freguesias, pelo menos à Freguesia de Ferrel, e parece-me que houve muito pouca informação à população. Eu tive o cuidado de pesquisar o site do Município onde existe a informação de que se podem solicitar contentores de 7 litros para levar estes biorresíduos aos espaços destinados e, eventualmente, contentores de 10 Litros para fazer a compostagem doméstica. Eu sugeria que o Município pudesse fazer algum trabalho de comunicação e de informação, até com recurso a imagens, não só a referir os produtos que devem ou não ali ser colocados e sugeria, por exemplo, uns panfletos na fatura da água uma vez que, segundo parece, o senhor Presidente tem alguma perceção de que não será bem-sucedido e então já não se vai candidatar, portanto, não corre o risco de estar a fazer campanha com esses panfletos.

Recebeu uma carta de um munícipe de Peniche que estariam a alcatroar na Rua das Galhetas. Não direi que não fosse preciso, mas parece-me que não era a estrada que estava em pior estado, haverá com certeza ruas que estavam em pior estado do que aquela, mas, como me disse esse munícipe, talvez fosse a fazer uma ponte ao Partido Socialista, uma vez que tempos a nossa sede ali perto.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel tem razão relativamente à Lusitânia Gás, efetivamente foi uma informação que solicitou no mandato anterior e eu tenho de recuperar essa questão e farei chegar a informação à Freguesia de Ferrel.

Relativamente à reciclagem e nomeadamente aos biorresíduos, dizer que neste momento estamos a preparar uma campanha para as escolas, todo o ensino básico, porque nós achamos que através das crianças é mais fácil chegarmos aos seus pais, avós e familiares para explicar o que são os biorresíduos e como se deve fazer esta reciclagem. Será entregue um livro com a informação sobre os biorresíduos, mas também um kit de jogos interativos e jogos de cartas para cada sede de Agrupamento de Escolas para que seja requisitado pelos professores para interagir com os alunos na sala de aula. Vai ser também realizado um vídeo que estará disponível no Youtube para que todas as pessoas possam consultar e, neste caso, as crianças têm uma grande facilidade de chegar

a estas novas tecnologias. Nos dias que formos às escolas fazer estas sessões de informação, irão também a Nutricionista e a Engenheira do Ambiente e durante cerca de 45 minutos terão a possibilidade de fazer estes jogos com as crianças do 4.º ano, apesar de serem distribuídos por todos, mas iremos prestar mais informação aos alunos do 4.º ano e nessas sessões elas irão fazer a explicação de toda a parte da reciclagem nos biorresíduos. Será feita uma sessão apenas para os professores, para explicar a importância dos biorresíduos e da compostagem. Isto está a ser trabalhado e eu espero que antes do final do ano letivo todas estas formações sejam dadas e todas estas informações cheguem às nossas crianças.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Obrigada, tomo boa notas destas indicações relativamente aos biorresíduos.

Relativamente à Lusitânia Gás, a minha sugestão era que a Câmara Municipal deveria fazer alguma coisa junto da empresa, no sentido de ajudar a pressionar.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«No ponto catorze da Assembleia Municipal, diz o seguinte, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a atualização dos autos de transferência de competências das Juntas de Freguesia do concelho de Peniche, eu penso que esta redação não está correta, porque o que vamos apreciar e votar não é a atualização dos autos, é a atualização dos valores dos autos, porque a atualização dos autos é outra coisa totalmente diferente, aliás, pergunto à senhora Vice-Presidente em que ponto é que estamos com a atualização dos autos.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação aos autos, na parte salarial, hoje foi efetuado o acerto, porque já houve uma deliberação que dizia que era de acordo com a taxa salarial em vigor ao referido ano, pelo que hoje foi efetuada a transferência dessas verbas.

Relativamente à proposta que vem aqui, assim que for aprovada, iremos fazer a atualização que será de acordo com a disponibilidade financeira, mas acredito que brevemente faremos essa atualização.

Relativamente, por exemplo, à questão dos espaços verdes, é a atualização dos mesmos, a alteração terá de ser negociada com os senhores Presidentes de Junta e ver de acordo com a disponibilidade de cada freguesia o que pretendem dos novos espaços verdes e de que verbas estaremos a falar para que possam exercer essas funções.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«A minha questão passava um pouco por aí, não tem nada que ver com os ordenados, não tem nada a ver com os ordenados, não tem nada que ver com os combustíveis, tem que ver exatamente com as atualizações dos autos, nomeadamente, mais espaços verdes, aliás, eu continuo a dizer que os autos deviam ser atualizados todos os anos neste aspeto, porque mal da Câmara se todos os anos não receber mais loteamentos, mais espaços verdes, mais arruamentos, mais papeleiras, mais abrigos rodoviários e isso para ser negociado com as Juntas de Freguesia, se calhar, tem de haver alterações em termos de funcionários disponíveis para as Juntas de Freguesia, é nesse

aspecto que eu queria chegar, porque aquilo que vamos apreciar e votar não é a atualização dos autos, é a atualização dos valores dos autos.»

3) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O PLANO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DE PENICHE (PMAAC DE PENICHE):

A Assembleia Municipal passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Este plano que engloba outros Municípios da Região Oeste foi conduzido por uma entidade que é supranacional ou é uma entidade regional?»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«A coordenação foi da parte da OesteCIM, mas foi com uma empresa nacional que foi fazendo a avaliação dos riscos e depois do plano que era necessário implementar, ou seja, não foi só regional, foi uma empresa a nível nacional com quem a OesteCIM fez esta contratação.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Na realidade estamos a falar de fazer adivinhação, até 2040, das alterações ambientais e climáticas, é isso?»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Foram identificados os riscos existentes até ao momento que são uma preocupação para todos, desde cheias, incêndios, o que é que existe e o que é que existiu no nosso território e através desses riscos que foram identificados foi identificado um plano de ação para essas medidas que é o que está refletido nesse Plano de Alterações Climáticas. De acordo com os dados que existem, não me parece que seja adivinhação, obviamente que mais perto tudo terá de ser revisto, mas agora vamos-nos central entre 2020 e 2040.»

Deliberação n.º 3/2025: Considerando que após o período de consulta pública relativa à proposta do PMAAC Peniche, não se registou qualquer participação decorrente da mesma, submetida a proposta (n.º 2052/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, e atendendo ao preceituado no artigo 14.º da Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, na atual redação, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6), pelo Partido Socialista (7), pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7) e pela Coligação Democrata Unitária (3), e uma (1) abstenção, do membro eleito pelo Chega, aprovar o Plano Municipal de

Adaptação às Alterações Climáticas de Peniche (PMAAC Peniche).

4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE INTEGRAÇÃO DO ESPAÇO ENERGIA DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA (PMAC):

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 21 de fevereiro de 2025.

Deliberação n.º 4/2025: Submetida a proposta (n.º 162/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, e atendendo ao preceituado no artigo 14.º da Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, na atual redação, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6), pelo Partido Socialista (7), pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7) e pela Coligação Democrata Unitária (3), e uma (1) abstenção, do membro eleito pelo Chega, aprovar a declaração de compromisso de integração do Espaço Energia, no âmbito do Plano Municipal de Ação Climática.

5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL DE PENICHE (PMUS DE PENICHE):

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Luís de Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Sobre esta questão do Plano de Mobilidade, nós muitas vezes, como estes planos são obrigatórios, acabamos por desvalorizar quer a sua existência quer a sua importância, neste caso, vale a pena referir dois factos que me parecem muito relevantes que é o plano dar uma grande incidência à mobilidade pedonal que é realmente uma lógica que nós temos de percorrer, portanto, os automóveis são realmente uma praga em todo o lado e nós temos que nos auto educar a andarmos mais a pé ou de meios de locomoção, mas de mobilidade alternativos e isso é muito positivo.

A outra questão positiva que me pareceu é estar evidenciado algum planeamento de áreas de centralidades da cidade e da sua articulação que é um aspeto muito interessante, agora, é muito importante que nós no futuro, quando estivermos a abordar cada centralidade dessas ou cada espaço desses, não nos esqueçamos que existe este plano para ele ser realmente uma base inicial de reflexão.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu acho que é importante esta parte que o senhor Deputado Luís de Almeida referiu e por isso mesmo já contratámos uma monitorização para este plano, porque nos parece de extrema relevância que exista este acompanhamento e que se vá percebendo o ponto de situação da execução do mesmo e que ele não fique esquecido tal como referiu e agradeço a sua intervenção.»

Deliberação n.º 5/2025: Submetida a proposta (n.º 2177/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, e atendendo ao preceituado no artigo 47.º da Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, na atual redação, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6), pelo Partido Socialista (7), pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7) e pela Coligação Democrata Unitária (3), e uma (1) abstenção, do membro eleito pelo Chega, aprovar o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Peniche (PMUS).

6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE FLUXO DE CAIXA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO 2024:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 07 de fevereiro de 2025.

Deliberação n.º 6/2025: Submetida a proposta (n.º 2273/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, aprovar o mapa de fluxo de caixa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2024.

7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA E DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2025 (MODIFICAÇÃO 1):

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 07 de fevereiro de 2025.

Deliberação n.º 7/2025: Submetida a proposta (n.º 2279/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, aprovar a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, da Despesa e do Plano Plurianual de Investimento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2025 (modificação n.º 1).

8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2025:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Ao ler a informação da técnica superior para solicitar esta alteração ao mapa de pessoal e leio aqui “criação de um posto de trabalho para técnico superior com licenciatura em engenharia civil para substituir determinada trabalhadora que iniciou funções no Município a 01 de janeiro de 2025”, portanto, esta trabalhadora vai sair, correto?»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Esta trabalhadora já saiu, porque ela concorreu à Câmara Municipal na vaga que estava aberta de engenheira civil, não foi por mobilidade.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Trata-se apenas uma questão de pormenor, porque na informação deveria ser iniciou funções e cessões funções.»

Deliberação n.º 8/2025: Submetida a proposta (n.º 1129/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e com o disposto no artigo 29.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2025.

9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O PLANO DE SEGURANÇA – CIBERSEGURANÇA, DO MUNICÍPIO DE PENICHE:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do nono ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 03 de janeiro de 2025.

Deliberação n.º 9/2025: Submetida a proposta (n.º 2733/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do

Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, aprovar o Plano de Segurança, Cibersegurança, do Município de Peniche.

10) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O PLANO DE SEGURANÇA - CIBERSEGURANÇA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 24 de janeiro de 2025.

Deliberação n.º 10/2025: Submetida a proposta (n.º 1131/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, aprovar o Plano de Segurança, Cibersegurança, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche.

11) NOMEAÇÃO DE UM CIDADÃO ELEITOR PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE PENICHE, E SEU SUBSTITUTO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo primeiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Como é sabido os partidos representados na Assembleia Municipal devem apresentar quatro cidadãos para fazer parte do conselho alargado da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e no caso de Peniche houve um acordo, por consenso, que cada os quatro partidos mais votados apresentariam nomes, porque foram oportunamente votados, acontece que a representante do Partido Social Democrata, por motivos de ordem pessoal, declinou no decurso do seu mandato e é preciso substituí-la e, portanto, compete ao Partido Social Democrata apresentar um nome. É uma educadora de infância, a senhora Idalina Maria Leitão, que colocamos à consideração da Assembleia Municipal.

Queria fazer a referência de que cada vez é mais difícil angariar pessoas para estes cargos, porque se trata de cargos não remunerados que ocupam tempo de serviços que devem ser entregues a pessoas da Área da Educação, da Área Social e que, naturalmente, têm as suas ocupações e que é na sua boa vontade que dão de si para o coletivo, mas cada a vez é mais difícil. Quero dizer que este modelo das Comissão de Proteção de Crianças e Jovens está um pouco esgotado e que deveria ser mais profissionalizado e, se calhar, feito de modo diferente por forma a que as pessoas pudessem participar de outra maneira e sem prejuízo das suas privadas e profissionais. Como é evidente isto é uma lei geral para o país, não é caso para Peniche, não compete a Peniche alterar, mas fica aqui esta nota de que certamente que ao longo do país todo isto está cada vez mais complicado que as pessoas acedam a este serviço que acaba por ser um serviço de voluntariado um pouco forçado, porque quando se transita da comissão alargada para a comissão restrita é mais complicado e com dificuldade estas comissões vão executando o seu trabalho, até por que estão muito sujeitos à crítica social, quando as coisas correm bem passam despercebidos, quando as coisas correm mal salta tudo

em cima e, em Peniche, tivemos um infeliz exemplo de uma criança que acabou por ser morta violentamente e as críticas que teceram à comissão foram imensas e naturalmente as pessoas não gostam de se expor a estas situações para as quais não têm controlo, por isso fica aqui um voto de louvor à boa vontade daqueles que fazem parte, neste momento, da comissão e a este novo membro da comissão que se predispôs a enfrentar estas dificuldades todas.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Na sequência das palavras do senhor Deputado Francisco Salvador agradecer efetivamente, nos tempos que correm, a disposição das pessoas para representar estas comissões e outros órgãos que envolvam a nossa comunidade.

Gostaria de sugerir que, futuramente, quando for para nomear um cidadão eleitor que tenhamos pelo menos o curriculum e a própria pessoa estar aqui e apresentar-se e falar connosco, parece-me ser uma boa prática.»

Deliberação n.º 11/2025: Considerando o email da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, registado sob o n.º 1563, em 23 de janeiro de 2025, dando conta do termo do mandato da senhora Comissária Maria Leonor Correia Valla e a necessidade de nomear um representante, submetida a proposta a votação secreta, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida no na alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, por maioria, com dezanove (19) votos sim, e cinco (5) voto em branco, designar a cidadã que adiante se indica para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peniche em modalidade alargada: Idalina Maria leitão (Indicada pelo Partido Social Democrata).

12) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL ANIMAL (CROA):

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Este ponto é um ponto que me levanta questões muito pertinentes. Eu gostava de poder votar em consciência, mas para isso precisava de saber do é que se está a falar, 800.000,00€ de um projeto e eu gostava de ter acesso a esse projeto para votar em condições e a minha consciência não ficar revoltada, porque não se trata de uma coisa óbvia. Se eu disse a um eleitor comum na rua que se vai gastar 800.000,00€, que podem não ser 800.000,00€ é 1.000.000,00€, porque 200.000,00€ vem da participação que já foi referida pela senhora Vice-Presidente, numa coisa para recolha de animais, as pessoas estranham, sobretudo quando há três atrás foi grande bandeira deste Executivo a Estratégia Local de Habitação que era super urgente para poder albergar 200 famílias muito carecidas de habitação, que as há, se calhar até há mais, atendendo a que há três anos para cá a Estratégia Local de Habitação fez nada, eu gostava de saber que raio de alteração de prioridades é agora albergar não sei quantos animais, será 200 se calhar, e é tristes estarmos a comparar 200

famílias com 200 cães, obviamente são coisas diferentes, mas este valor parece-me excessivo, sobretudo, porque eu não conheço o projeto e é pena que na questão da transparência de processos os Deputados sejam levados a votar uma coisa que não conhecem, é pena, porque depois vão-nos perguntar na rua “então vocês aprovaram um empréstimo de 800.000,00€ para albergar cães ou gatos ou periquitos ou seja lá o que for”, o que é que uma pessoa diz? “foi uma proposta da Câmara, é muito importante, é muito preciso”, “então e a Estratégia Local de Habitação?” “pois, não foi feito nada”. Então agora vamos ultrapassar as prioridades que o próprio Município estabeleceu antes, o Executivo estabeleceu as suas prioridades há três anos e disse: “este é que é o nosso caminho” e agora vem-nos apresentar um pedido de 800.000,00€ para depois vir a seguir pedir outros empréstimos, são comparáveis? Não sei, nós não conhecemos o projeto e é uma pena, é mesmo uma pena, fica aqui o meu desconsolo. Aquilo que eu sugiro é que retiremos este ponto, que apresentem aos Deputados aquilo que pretendem fazer, expliquem muito bem, mas mesmo muito bem o que pretendem fazer com este dinheiro. Eu também acho muito estranho dizerem que precisam de um empréstimo de 800.000,00€, mas pode ser que não se gaste tudo, então, mas que raio de planeamento é este? Não se sabe exatamente o que é que se vai gastar. Proponho que se retire este ponto e que na próxima Assembleia Municipal, nem que seja votado também este ponto na Assembleia Municipal extraordinária, se for urgente e se, porventura, me obrigarem a votar, voto contra.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Não irei em termos de comparabilidade, mas também me preocupa a montante e a montante é pedirem-me a mim e a todos os Deputados para nós aprovarmos um empréstimo de 810.000,00€ para o Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do concelho de Peniche sem eu saber do projeto, sem ver qualquer memória descritiva, nada, não sei se em sede de Câmara foi apresentado ao executivo completo esses dados, aqui não tenho nada, tenho apenas, no meio de 82 páginas ver aqui uma informação de 18 de fevereiro de 2024 que foi pedido para ser consultado as entidades bancárias para conhecimento das condições de financiamento, portanto, em 18 de fevereiro de 2024 foi para decisão da Câmara a consulta, em fevereiro de 2025 estamos aqui a decidir se vamos ou não aprovar o empréstimo e, depois, a dada altura, fala dos projetos de arquitetura e especialidades, as peças do concurso que não se encontram aqui, era isso que eu gostava de ver, todos gostávamos de ver, é isso que nos estão a pedir, os critérios de adjudicação e depois tem o prazo de execução da obra e o prazo que se propõe é de 210 dias justificado pela calendarização constante no projeto de execução aprovado, eu não sei que projeto de execução é que é, nem sei se vai demorar 210 dias, portanto, nós já tínhamos conversado e íamos pedir, efetivamente, para retirar este ponto, porque em consciência nós não temos dados e isto cada vez me faz mais confusão, estar neste órgão e não ter a visão completa, só me dão uma, duas árvores e eu não consigo ver a floresta, portanto, iria pedir para retirarmos este ponto.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Apenas quero referir que concordo com os senhores Deputados, porque faz todo o sentido que tenham conhecimento do projeto e, portanto, se concordarem que seja retirado, eu também concordo que seja retirado, e que se faculte o mais brevemente possível o projeto, a memória descritiva e toda a informação para que todos possam votar e consciência, isso parece-me o mais correto e o mais lógico.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Eu aproveito a oportunidade para dizer ao senhor Deputado Carlos Miguel Amaral que é para isso que nós estamos cá, exatamente para fiscalizar e para evitar precipitações, portanto, contem connosco.»

Deliberação n.º 12/2025: Considerando que a Assembleia Municipal solicitou mais informação sobre o projeto, a disponibilizar oportunamente, deliberado retirar a proposta (n.º 2582/2024) da Câmara Municipal referente à contratação de um empréstimo para a construção do Centro de Recolha Oficial Animal (CROA), devendo o assunto ser presente numa próxima sessão da Assembleia Municipal.

13) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2025/2027:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Só queria perceber o enquadramento legal, portanto, a empresa anterior de Revisão Oficial de Contas cessou e lançaram um novo procedimento, é o mesmo? O valor que tinha anteriormente é o mesmo?»

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«A empresa é a mesma e penso que há uma ligeira subida no valor, mas nada de especial, mas posso confirmar essa informação e facultar aos senhores Deputados.»

Deliberação n.º 13/2025: Submetida a proposta (n.º 278/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, nomear a empresa A. Zózimo, SROC, Unipessoal, Lda. como auditor externo, responsável pela certificação legal das contas do Município de Peniche, para o exercício de 2025/2027.

14) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ATUALIZAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE PENICHE:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Margarida Martins (PSD):

Disse o seguinte:

«Relativamente às questões que a senhora Presidente de Junta de Freguesia de Peniche fez e que a senhora Vice-Presidente disse que ia esclarecer na reunião de segunda-feira, gostaria de pedir que as respostas nos fossem enviadas por email dado que as perguntas foram feitas publicamente e as respostas também seriam públicas.»

Deliberação n.º 14/2025: Submetida a proposta (n.º 19870/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com dezanove (19) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrata Unitária (3), pelo Chega (1), pela senhora Deputada Susana Cristina Rosa Esperança, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (1) e pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (1), e cinco (5) abstenções, dos senhores Deputados Hugo Martins, Inês Lourenço, Mário Mamede, Francisco Lourenço e Tiago Correia, ambos eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, aprovar a atualização dos valores dos recursos financeiros afetos à transferência de competências para as Juntas de Freguesia, com pagamento retroativo a janeiro de 2023.

O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche apresentou a seguinte declaração de voto sobre este assunto.

«Declaração de Voto

Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a atualização dos Autos de Transferência de Competências com as Juntas de Freguesia do Concelho de Peniche:

Considerando que:

- Os senhores Vereadores Filipe Sales e Cristina Leitão, eleitos pelo Partido Social Democrata (PSD), apresentaram uma proposta para a Atualização dos Autos de Transferência de Competências do Município para as Juntas de Freguesia do Concelho de Peniche (proposta A, n.º 19870/2024, datada de 24-09-2024), que resulta essencialmente das propostas dos Presidentes de Junta e que considera apenas a atualização anual do preço por litro de gasóleo e a inflação acumulada desde 2021;

- A senhora Vereadora com o Pelouro das Freguesias Ana Rita Petinga, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (GCEPP), também apresentou uma proposta para a Atualização dos Autos de Transferência de Competências do Município para as Juntas de Freguesia do Concelho de Peniche (proposta B, n.º 877/2024, datada de 13-11-2024), elaborada com base numa avaliação técnica e financeira das competências próprias de cada Freguesia, assim como das competências já transferidas e a transferir, tendo em consideração a situação financeira da Câmara Municipal e reuniões com os senhores Presidentes de Junta;

- A proposta A (n.º 19870/2024), datada de 24-09-2024, para Atualização dos Autos de Transferência de Competências do Município para as Juntas de Freguesia do Concelho de Peniche que foi votada, em alternativa, na reunião da Câmara Municipal de 6 de dezembro de 2024 tendo sido aprovada, por maioria, com cinco votos a favor dos membros eleitos pelo PSD, pelo PS e pela CDU e dois votos contra dos membros eleitos pelo GCEPP (Deliberação n.º 1502/2024). Resultando numa clara rejeição da proposta B (n.º 877/2024), datada de 13-11-2024, apresentada pela senhora Vereadora Ana Rita Petinga;

- A proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação da Assembleia Municipal, na sua sessão do dia 21 de fevereiro de 2025, que corresponde à proposta A (n.º 19870/2024), apresentada pelos senhores Vereadores do PSD, não apresenta uma proposta financeira para a atualização dos Autos de Transferência de Competências sustentada numa avaliação dos valores dos recursos financeiros afetos às competências transferidas para as Juntas de Freguesia do nosso Concelho, não considera os custos com as competências próprias de cada uma das Juntas de Freguesia e não evidencia o cumprimento, por parte das Juntas Freguesias, das competências previstas nos Autos das mesmas, entre outras insuficiências;

- O GCEPP defende a Transferência de Competências do Município para as Freguesias, defende a atualização anual dos respetivos Autos, após uma avaliação e diálogo com as Freguesias, de forma a corresponder às reais necessidades de cada uma delas, sem comprometer a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal de Peniche.

- A proposta da Câmara Municipal para a atualização dos valores dos recursos financeiros afetos à transferência de competências para as Juntas de Freguesia, com pagamento retroativo a janeiro de 2023, que corresponde à proposta A apresentada pelos Vereadores do PSD, aprovada na reunião da Câmara Municipal de 6 de dezembro de 2024, apreciada e votada na sessão da Assembleia Municipal de 21 de fevereiro de 2025, não apresenta uma avaliação financeira.

Nesse sentido, e em nome do interesse das populações do nosso Concelho, o GCEPP entendeu não votar contra a atualização dos valores dos recursos financeiros afetos à transferência de competências para as Juntas de Freguesia, mas manifestar a sua oposição quanto ao conteúdo da proposta A (n.º 19870/2024) e quanto à forma de elaboração que não teve em consideração uma avaliação técnica e financeira capaz de evidenciar o cumprimento, ou o incumprimento, das competências previstas nos Autos de Transferência de Competências, o que, no nosso entendimento, é uma grande irresponsabilidade.»

Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu não percebi quem é que se absteve de atualizar os valores para as Freguesias de Peniche, gostava que me dissesse os nomes.»

Inês Lourenço (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Abstiveram-se os senhores: Inês Lourenço, Tiago Correia, Hugo Martins, Francisco Lourenço e Mário Mamede.»

Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«A Freguesia de Peniche agradece.»

Inês Lourenço (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Não somos contra a atualização dos autos para as Freguesias por isso nos abstivemos, mas a forma como foi feita e o conteúdo da proposta aprovada em reunião de Câmara e aqui presente é que nos levou a esta votação, daí o senhor Deputado Hugo Martins ter dito que vai apresentar uma declaração de voto para justificar.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Apenas quero dizer à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche que vivemos em democracia, não pode ser a sua democracia.»

Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu pus em causa a democracia desta casa? Não pus, eu simplesmente estava a escrever e não vi.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Apresentou, verbalmente, a seguinte declaração de voto:

«No mandato anterior nós tivemos uns anos de discussão sobre as competências da Câmara para as Freguesias, foi aprovada uma proposta com abstenções e creio que houve até um voto contra da Bancada da Árvore. No mandato atual há novamente um mandato inteiro a decorrer, propostas que resultam da oposição, neste caso do Partido Social Democrata, e há novamente a Bancada da Árvore a votar em abstenção, isto tudo absolutamente legítimo de todas as partes. Eu queria só deixar isto bem registado, porque depois poder-se-á colocar esta declaração de voto ao lado do Programa da Árvore de 2017.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Por essa razão é que vamos apresentar a declaração de voto, mas os senhores autarcas permitem que nós tenhamos direito à nossa decisão, podemos votar de acordo com a nossa consciência, eu não vejo é os autarcas a referirem-se à descentralização de competências do Estado para as Autarquias e quem lá está em casa procura informação sobre o relatório do Tribunal de Contas que fala muito sobre aquilo que é a descentralização de competências do Estado para os Municípios, em que os Municípios levaram um rombo nos cofres, vejam o nosso caso na Educação, essa apresentação já foi feita, para não falar no parque escolar que herdámos num estado lamentável em que está a maioria das escolas, tirando o Centro Escolar de Atouguia da Baleia, para sermos coerentes os autarcas deviam falar, até porque temos aqui outras forças políticas, da transferência de competências, em termos financeiros, do Estado para os Municípios, aí há consistência, há substância, nós podemos encontrar e temos de ser autodidatas e procurar essa informação, portanto, para quem lá está em casa escrevam relatório do Tribunal de Contas, descentralização de competências do estado para as Autarquias e vejam em que sentido o Tribunal de Contas aponta e isso mexe muito com as contas das Autarquias de forma geral, nomeadamente da Câmara Municipal de Peniche.»

Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu pus em causa a democracia desta casa? Não pus. Eu simplesmente quis saber quem é que se absteve, mais nada, porque eu não consigo ver se eu estou nesta bancada.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Estou farto de ouvir das competências do Governo para os Municípios, isto é tal e qual como as competências da Câmara Municipal para as Freguesias, só aceitaram porque quiseram e os Municípios exatamente a mesma coisa, nada foi imposto, o Governo não impôs aos Municípios que tinha de aceitar aquelas competências, os Municípios só aceitaram porque quiseram.»

15) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO DIRETOR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. LUÍS DE ATAÍDE:

Deliberação n.º 15/2025: Considerando que o assunto não foi apreciado em tempo na Câmara Municipal e que os documentos não foram disponibilizados, deliberado retirar da ordem do dia a delegação de competências da Câmara Municipal no Diretor do Agrupamento de Escolas D. Luís de Ataíde, devendo o assunto ser presente numa próxima sessão da Assembleia Municipal.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 16/2025: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo zero horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e dois de fevereiro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária do mês de fevereiro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal, realizada no dia 21 de abril de 2025, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
